

# BOLETIM CLASSISTA

Nº 28 – 2da QUINZENA DE AGOSTO DE 2020  
Contribuição Solidária R\$ 2,00

**TODO APOIO À GREVE DOS CORREIOS!**

**POR UM PARTIDO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO**



Na sua primeira juventude, Florestan Fernandes, que faria cem anos nestes dias, militou no Partido Socialista Revolucionário (PSR), primeira seção brasileira da IV Internacional. Seu vínculo com essa organização se manteve ao longo de uma década. O PSR nunca teve grande envergadura, não ultrapassou as dimensões de um grupo, mas militou no movimento sindical, marcou polêmicas importantes dentro da esquerda brasileira, e publicou bastante sistematicamente um jornal. Nas numerosas homenagens e evocações biográficas que o notável sociólogo mereceu por ocasião de seu centenário, esse “detalhe juvenil” foi quase sistematicamente esquecido. Florestan foi apresentado como um brilhante acadêmico e intelectual, dotado de profunda consciência social e política, oriunda de sua humilde origem, que o levou até a trabalhar de engraxate na sua infância, como um marxista capaz de dialogar crítica e criativamente, dialeticamente, com todas as correntes do pensamento sociológico ou filosófico que, na fase final de sua vida, concretizou seu compromisso intelectual no engajamento político no Partido dos Trabalhadores, do qual foi deputado constituinte depois de eleito deputado federal por São Paulo com votação esmagadora. Pensar que esse jovem e notável intelectual, nascido em 1920, poderia ter atravessado as peripécias de seus anos de formação, na década de 1940 (guerra mundial, queda de Vargas, eleições de 1946, cassação do PCB, início da Guerra Fria, etc), sem qualquer *parti pris* ideológico e político, seria, na melhor das hipóteses, pura ingenuidade. E afirmar, por omissão, que sua trajetória ulterior nada teve a ver com suas primeiras opções políticas, como militante *trotskista*, ou considerá-las apenas como devaneios juvenis, é ignorância deliberada.

Florestan desfez esse vínculo político por razões subjetivas, sua opção pela carreira acadêmica na USP (da qual foi cassado pela ditadura militar), e por razões objetivas, que se condicionaram reciprocamente. O PSR

se desfez em inícios da década de 1950, em grande parte devido à crise que atravessou a IV Internacional, concretizada em uma cisão internacional que precedeu outras, até levar ao seu esfacelamento em pelo menos uma dúzia de correntes, isto é, sua explosão e desaparecimento organizativo. A existência do PSR, porém, nada teve de arbitrário nem de transposição “brasileira” de uma circunstancial moda política ou intelectual externa. Liderado, entre outros, pelo jornalista Hermínio Sachetta, o PSR foi o produto de duas cisões e delimitações. A primeira, com o PCB, através do racha antiestalinista do seu Comitê São Paulo, em 1937, encabeçada pelo próprio Sachetta, do qual se ocupou o historiador Dainis Karepovs em tese universitária e livro. A segunda, dentro da própria IV Internacional, com a corrente da qual participou Mário Pedrosa (único membro latino-americano da direção da Internacional, eleito no seu congresso de fundação, em 1938), que rompeu com aquela em desacordo com as análises e posições de Trotsky acerca da URSS como “Estado Operário degenerado”, divergência com óbvias derivações políticas na contenda bélica mundial. Pedrosa encabeçou, na década de 1940, a corrente “Vanguarda Socialista” (e o jornal do mesmo nome), que polemizou com o PSR sobre questões cruciais da política brasileira, nas eleições presidenciais de 1946, nas quais VS apoiou a candidatura “anti-Dutra” de Eduardo Gomes, enquanto o PSR chamou a votar nulo. A trajetória ulterior de Pedrosa, como figura central da crítica artística e cultural do país, e sua condição de “filiado nº 1” do PT, em 1980, é bem conhecida e dispensa comentários.

A consciência política de Florestan, vinte anos mais novo que Pedrosa, se forjou em meio a esses embates políticos e ideológicos, e informou sua trajetória ulterior. Em entrevista concedida à *Escrita Ensaio* no início da década de 1980, ele qualificou seu profundo (“obsessivo”) empenho intelectual e acadêmico como “autopunitivo”, em relação ao seu atribulado e

desgarrador (como para muitos outros) percurso político precedente. Esse empenho moldou sua trajetória como um dos maiores (se não o maior) intérpretes da formação histórica e social do Brasil, concluído (em *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975) na sua conceituação do regime social brasileiro como “autocracia burguesa”, isto é, resultado do desenvolvimento *combinado* do capitalismo brasileiro, da transição da sociedade de castas para a sociedade de classes, mediante a conservação das iniquidades e deformações acumuladas de sua fase pré-capitalista: privatização da esfera pública, sistema político baseado na “patronagem”, monopolização desde cedo da propriedade agrária, industrial e financeira, com preeminência hodierna do(s) imperialismo(s) externos, desenvolvimento desigual da economia nacional, sobrevivência das taras sociais oriundas da escravidão africana, tardia e burocraticamente abolida, informando inclusive “a integração do negro na sociedade de classes”, à qual dedicou especial e magistral atenção. Uma obra simultaneamente rica e, abrangente e profunda, intelectual e politicamente engajada, que lhe permitiu legar seu nome tanto à biblioteca oficial da FFLCH-USP quanto à escola nacional de formação política do MST. Uma obra, porém, também percorrida pela tensão interna e pela contradição.

Noves fora a lembrança vívida de seus familiares diretos, seus filhos, não foi esse Florestan vivo, dividido e contraditório, que nos foi oferecido nas homenagens mais ou menos oficiais que lhe foram prestadas. Ele foi circunscrito ao seu aspecto acadêmico e intelectual, principalmente, reduzindo sua atividade política a um engajamento pós-ditadura militar, possibilitado pela “democracia” recuperada, quase uma atividade pós-aposentadoria (compulsória, no seu caso). Esquecendo que seu exílio e atividades no exterior foram produtos da repressão política. E *omitindo*, sobretudo, que a acuidade e abrangência de sua atividade intelectual, desbravadora de novos caminhos do pensamento brasileiro, foi possibilitada e aberta pelo gume metodológico criado por seu inicial compromisso político e intelectual. A intelectualidade acadêmica nos ofereceu um Florestan intelectual acadêmico, sua própria autoimagem transfigurada no outro, um pensador sem dúvida original, mas desprovido das armas de sua originalidade. Não é sem dúvida o primeiro intelectual revolucionário a quem isso acontece. Gramsci e Trotsky, transformados de comunistas revolucionários em apóstolos de um nebuloso humanitarismo democrático, que o digam. Quando Florestan insistiu no compromisso social e político ineludível do intelectual, não estava dizendo generalidades *pour la gallerie*, afirmações que permitissem variadas interpretações, mas referindo-se a classes sociais e opções políticas *concretas*. As dificuldades destas se firmarem fazem parte de toda história real.

O PSR não deveu seu nome ao acaso. Era *socialista*, ou seja, defensor de uma sociedade baseada na expropriação do capital, na supressão da propriedade privada (supressão do caráter *de classe* da propriedade) e na propriedade social dos meios de produção. E *revolucionário*, isto é, realista ao ponto de declarar que essa sociedade só poderia ser atingida mediante a

*destruição* do Estado existente ou, nas palavras do *Manifesto Comunista*, “o primeiro passo na revolução operária é a *elevação do proletariado a classe dominante*, isto é, a *conquista da democracia*”, uma frase curta e esquecida do célebre texto, que configura um quebra cabeças para democratas vulgares (que desconhecem o caráter de classe de todo regime político, inclusive a democracia) e para “marxistas” dogmáticos (ou seja, antimarxistas). Somente um regime que suponha a dominação política e social da maioria pode reivindicar seu caráter democrático. Por ser socialista e revolucionário, o PSR era também *internacionalista*, ou seja, punha os debates e perspectivas sobre as especificidades brasileiras (notadamente sua polêmica com o PCB acerca da questão agrária) na perspectiva da revolução socialista universal, pois só nessa escala o proletariado teria forças suficientes para derrubar a dominação mundial do capital na era monopolista, e era visceralmente oposto à “teoria” stalinista da possibilidade de construção do socialismo num país só.

O PSR nasceu, com a IV Internacional, para, em primeiro lugar, preservar esses princípios da degeneração socialdemocrata das organizações operárias, e da contrarrevolução stalinista na primeira revolução proletária vitoriosa. E para viabilizar sua realização através de um *programa de transição* que resumia a experiência acumulada pelos movimentos históricos de emancipação social. Muitos dos melhores elementos da classe operária e da juventude combatente, e da intelectualidade revolucionária, nas décadas de 1930 e 1940, nos “tempos sombrios” da “meia-noite do século”, conseguiram preservar suas perspectivas para o futuro graças a esses princípios, esse programa e essa organização. Florestan Fernandes foi um deles.

Sua opção pela carreira intelectual e acadêmica foi encaminhada na universidade *pública*: Florestan só frequentou a escola pública em todos os estágios de sua formação, e foi seu mais ardoroso defensor na Constituinte de 1988 – legando a redação de artigos que hoje são usados pelos sindicatos da educação para se opor à privatização e ao desmonte do ensino público. Foi, portanto, também parte de um combate pelo ensino *público* em todos seus níveis. A intelectualidade, a *intelligentsia*, era, na época em que Florestan optou por se integrar e combater dentro dela, uma ínfima minoria da população brasileira, e não tinha ainda na Universidade seu “lugar natural”. Os pequenos burocratas parasitas de grupos pseudo revolucionários que afirmam que Florestan desertou a luta de classes para se confinar em cômodos gabinetes de professor universitário (gabinetes que, hoje, se assemelham a cubículos) fazem-no na base da estranha pressuposição de que tais gabinetes (e a própria Universidade) se encontram situados no planeta Marte. E, sobretudo, que ninguém precisa trabalhar para sobreviver (uma suposição curiosa para quem afirma falar em nome “dos trabalhadores”...).

Certamente, na década de 1950, o professor catedrático da USP era considerado uma espécie de personagem do Olimpo. Mas essa condição desapareceu junto com

as cátedras. Num país em que, em 1980, o número de estudantes universitários mal chegava ao milhão e, quarenta anos depois, já supera os oito milhões em 33 mil cursos de graduação, distribuídos em 2.364 instituições de ensino superior (a grande maioria, como se sabe, privadas). Ou seja, o número de universitários se multiplicou por oito num país em que, no mesmo período, a população total sequer duplicou (passando de 120 para 210 milhões). No movimento sindical, em 1980 era raro encontrar um dirigente que possuísse diploma de estudos superiores; hoje, em especial nas áreas de educação e de serviços, isso é quase a norma. Os livreiros e editoras já sabem faz tempo que o melhor lugar para se vender livros são os congressos sindicais e os comícios políticos da esquerda.

A partir de dados como esses e assemelhados, certa sociologia concluiu, há algumas décadas, no “aburguesamento” ou “integração” da classe operária (“adeus ao proletariado”, lembram?), do mesmo modo que o “revisonismo” de inícios do século XX concluía em que o direito a voto e a posse de bicicletas tinha transformado os operários em “cidadãos plenos”, dispensando futuras revoluções, uma afirmação que as revoluções, crises e catástrofes do “curto século XX” pôs no seu devido lugar. Com a crise cada vez mais profunda na qual o capitalismo entrou no último quartel do século passado, que teve apenas um breve respiro, e uma acentuação estratégica, com a integração ao mercado mundial do antigo “bloco socialista”, entramos numa era de ataques reacionários e destruição de direitos sociais e trabalhistas que não poupa ninguém, nem sequer os trabalhadores mais qualificados. É um sistema em decomposição: a Confederação Internacional dos Sindicatos estima em 2,5 bilhões de pessoas – mais de 60 % da força de trabalho do mundo – o número de trabalhadores “informais”, sujeitos a condições degradantes e precarização.

Da “uberização do trabalho”, com seu *pendant* no recrescimento do trabalho escravo, urbano e rural, se chega, por uma via diametralmente oposta, mas simétrica, novamente à conclusão do fim tendencial do proletariado *como classe*, pois agora o proletariado estaria dividido em “preariado” e “formalizado”, com o primeiro apenas aspirando ao “privilégio da servidão”, do mesmo modo que o morador de rua só “quer morar numa favela”, no rap de Gabriel, o Pensador. A evidência empírica (o “breque dos entregadores”, só para nomear uma experiência recente), porém, não testemunha em favor do fim da luta de classes ou da crescente “anomia social”, mas, ao contrário, numa acentuação daquela, em condições em que a decadência do capital favorece, junto ao crescimento e aprofundamento da revolta social, a eclosão de crises revolucionárias.

Como fica, nessas condições, a esquerda? Aí reside a contradição mais gritante de nosso tempo e de nossa etapa histórico-política. Não temos hoje PSRs, ou bolcheviques, quando estes são mais necessários do que nunca: 98% da esquerda (um percentual provavelmente modesto) não aposta nem se prepara para crises revolucionárias, aposta no “aprofundamento da democracia” (e stop – mesmo quando essa

“democracia” é a porcaria que Florestan nos ensinou que era); nas sus vertentes “radicais” se refere a “movimentos anti-sistêmicos”, sem dar nome ao tal “sistema” nem dizer que classe social possui o poder nele, e aposta num “pós-capitalismo” (variante esquerdista da pós-modernidade), que resultaria de uma transição indolor e molecular da situação presente para outra, mais “solidária” (com “renda básica” e tudo mais), até com “dinheiro democrático” (bitcoin e parecidos) capaz de driblar a acumulação capitalista, poupando, sobretudo, lutas de classe e revoluções (que são eventos, não custa nada lembrá-lo, antes do mais *políticos*, ou seja, que exigem preparação e ação *política* consciente). Uma nebulosa em que, para dizê-lo com as palavras de Marx referidas ao socialismo “utópico” (ou “filantrópico”) de seu tempo, “na medida em que a sombra vira corpo, descobre-se a silhueta da sociedade burguesa atual”. O problema consiste em que, nos tempos que correm, não mais estamos diante de críticos benevolentes e progressistas, por vezes geniais, de um sistema que ainda não tinha evidenciado cabalmente seu contrário em suas próprias entranhas, mas de confusões ignorantes e deliberadas diante de um sistema no qual esse contrário jorra por todos os poros e atua diuturnamente, mesmo sem liderança política à altura.

Situação inédita? Em absoluto. Os revolucionários sempre partem na condição de minorias, sociais, políticas, científicas e culturais, do contrário não seriam revolucionários. O único elemento hodierno novo é a teorização do “fim das vanguardas” que, no final das contas, nada mais é do que uma teorização sofisticada do fim das revoluções (em qualquer campo da atividade humana), revoluções que, como a “velha toupeira” do alemão chamado de Mouro, possuem a peculiaridade de ter cabeça dura demais e de teimar em voltar a se manifestar. Trotsky explicou esse caráter histórica (e necessariamente) minoritário (“vanguardista”) dos revolucionários, na sua fase inicial, a um seu adversário (que criticava, justamente, a IV Internacional, por ser minoritária), partindo do exemplo dos primeiros cristãos (que não se acuse Trotsky, portanto, de sectarismo na escolha dos exemplos), e reivindicando o papel histórico das seitas, quando estas se propõem deixar de serem seitas a favor da corrente profunda da história e contra todos os conservadorismos.

É neste ponto, que não é qualquer ponto, que se coloca o problema da *intelligentsia* e ganha nova vida a parábola vital de Florestan Fernandes. No Brasil, no mundo todo, a intelectualidade foi jogada na Universidade, “proletarizada” (submetida ao trabalho assalariado), tende a se organizar em sindicatos, como o restante da classe trabalhadora, mas também foi isolada nos campus, fora das cidades - ou isolados dentro delas - e dos embates sociais (o que é exemplar no caso dos EUA, como estudou Russel Jacoby em *The Last Intellectuals: American Culture in the Age of Academe*), vive cada vez mais agudamente a contradição entre sua condição geral (trabalhador assalariado) e sua condição única (intelectual). Do mesmo modo que aumentaram seus vasos comunicantes com o restante da população trabalhadora, aumentou a pressão (social) para



considerar seu destino como único, às vezes com tintes messiânicos. Em geral, essa intelectualidade é progressista (salvo em casos contrarrevolucionários extremos, como o nazismo ou o pinochetismo), mas esse “progressismo” encobre também um conservadorismo mal dissimulado, oriundo da tendência a conservar um estatuto social (cada vez menos) privilegiado. Olha para os “militantes”, uma condição igualitária na entidade à qual pertencem, com mal dissimulada distância (e, por vezes, mal dissimulado desprezo) numa tentativa de preservação, não da individualidade (o que é bem legítimo), mas da unicidade (“eu, o único” – e só admito conversa franca com meus pares). Nessa encruzilhada de contradições, o mais difícil é pôr o dedo na ferida, pois a intelectualidade universitária, como disse certo intelectual argentino a respeito das seitas políticas, “tende (e quer) ver tudo, menos a si própria”.



**Florestan Fernandes e Osvaldo Coggiola debatendo a queda do Muro de Berlim na USP, 1989**

E os trotskistas, como Florestan o foi, nisso tudo? Uma história paralela e totalmente independente? Muito pelo contrário. Não é preciso ser um observador agudo para constatar que conceitos oriundos, *em primeiro lugar*, das universidades, como os “valores universais da democracia” (que não seria um sistema político, mas um *ethos* que paira acima da história) ou as políticas identitárias (que partem do pressuposto que as opressões das minorias são oriundas da alma humana, não superáveis pela luta conjunta de todos os oprimidos) colonizaram boa parte (maioria) do que hoje se autodenomina “trotskista”, como de resto aconteceu com o restante da esquerda.

O que significa que o “trotskismo”, e Trotsky sabia disso, não é um guarda-chuva mágico, uma espécie de bússola sobre-humana para se orientar nos meandros políticos da luta de classes. O que tem isto de surpreendente? Nada, pois é pinto se considerarmos que partidos que ainda hoje cultuam oficialmente Marx e Engels votaram alegremente em favor dos bombardeios sobre populações civis em Belgrado, Bagdá ou Cabul, por parte de tropas da OTAN, da ONU ou do que seja (e de fato, dos EUA e da UE, ou seja, do imperialismo); no caso de Belgrado, até coordenaram pessoalmente essas “ações humanitárias”.

Isso não significa que “trotskismo” nada signifique. Significa, antes do mais, um programa, o da vigência da revolução proletária internacional. Quando Florestan entrou (até relutantemente, como ele admitiu) no PT, sua candidatura a deputado federal foi impulsionada por algumas correntes trotskistas do partido, contra as candidaturas lançadas pelo incipiente aparelho dirigente

da sigla, cujo caráter se revelaria plenamente durante os 14 anos que governou o país (com Florestan já morto). Florestan estimava (não tenho provas, foram conversas pessoais) que ele poderia agir como fator unificador da esquerda petista, que ele identificava em primeiro lugar com os trotskistas. O atual “trotskismo” brasileiro se encontra disperso entre o PT, o PSOL, onde estão longe de configurar correntes únicas (há vários “trotskismos” em cada um desses partidos), outras siglas legais (PSTU, PCO), e vários grupos sem existência “eleitoral” (e, geralmente, real). Em que pese ter militantes ou aderentes em número muito superior aos tempos do PSR, o trotskismo não é um fator relevante da política brasileira, talvez até menos do que nesses tempos, e as diversas correntes que se reclamam dele possuem políticas (e até ideologias) não só divergentes, mas diametralmente opostas. Em reduzida escala, padeceu e padece dos mesmos burocratismos, com as mesmas raízes sociais, das correntes majoritárias (PT ou, forçando a barra do que seja esquerda, PC do B). A situação de “marginalidade política” que foi atribuída ao trotskismo, desde sempre, facilitou que algumas de suas expressões, além disso, assumindo-a, pareçam empenhadas em quebrar todos os recordes das aberrações políticas (um recorde, no caso do Brasil, difícil de quebrar).

Certa vez, Trotsky escreveu que listar e analisar todas as cascas de banana em que patinaram os movimentos revolucionários era uma tarefa interessante e importante, mas não central. Certos debates políticos são importantes, outros não, e a questão da importância não é dirimida pela quantidade de gente que participa neles. Marx e Engels não só revolucionaram o futuro do mundo estudando e escrevendo em gabinetes (coisa que fizeram), mas também discutindo, com intelectuais e trabalhadores braçais, em número pequeno e em lugares que assemelhavam catacumbas. A convergência dos militantes classistas e revolucionários não tem valor em si mesma (pois existe muita gente bem-intencionada neste mundo, e juntá-los não resolve qualquer problema), só o tem se eles conseguem configurar uma *vanguarda*, capaz de se antecipar a seu tempo, sobre a base das condições reais desse tempo, através de um programa, uma política e uma organização. Florestan militou nesse sentido, seu esforço se sobressaiu pelo seu excepcional talento, mas não esteve isento de contradições, que ele, no essencial, conhecia, e contra as quais lutou, esse foi o sentido de seu engajamento político até o fim. A era dos grandes intelectuais isolados está tão superada (um cretino falando afetadamente na TV não significa que estejamos diante de um grande intelectual, que sobrevive em sua obra) quanto a era dos professores catedráticos. Uma vanguarda à altura dos desafios da crise que vivemos só pode surgir do debate franco e aberto, sobre a base da experiência e dos programas acumulados, entre trabalhadores-intelectuais e intelectuais-trabalhadores, e deve superar os estreitos marcos da “civilização brasileira” para projetar-se no teatro internacional, pois a “revolução brasileira” (a proletária, não a burguesa que Florestan estudou) só faz sentido e só pode ser vitoriosa como parte da revolução mundial, socialista, contra o capital.

# PANDEMIA, DESEMPREGO, POBREZA: UM CAPITALISMO SEM SAÍDA

O fato de o epicentro da pandemia ter se instalado nos Estados Unidos implica um julgamento final do capitalismo. O vírus expôs o colapso dos sistemas de saúde, a questão básica da humanidade. O país capitalista mais poderoso do mundo lidera o ranking do colapso econômico e de saúde global. Pôs nu nu insolvência de grandes empresas, forçando o Estado, deficitário e endividado, a resgatá-lo - em detrimento das necessidades básicas do povo.

O dinheiro desses resgates foi destinado a operações financeiras renovadas, como evidenciado pelo aumento do mercado de ações em meio à queda mais poderosa da produção em toda a história - ou manobras especulativas contra a própria moeda nacional. Ele acentuou a luta entre as grandes potências, os interesses nacionais de alguns contra os interesses nacionais de outros, mesmo em operações de guerra. A pressão do capital financeiro sobre os países mais fracos continua a crescer, a ponto de levá-los à insolvência e à catástrofe social.

A pandemia interrompeu o movimento diário de capitais, com ou sem quarentena. O capital recua diante do golpe recebido em suas possibilidades normais de lucro, mesmo que as necessidades dos trabalhadores estejam na ordem do dia, mais do que nunca. Até seus principais protagonistas admitem que a humanidade enfrenta a necessidade de acabar com o capitalismo e o domínio político da burguesia mundial.

Sob um governo dos trabalhadores, a economia teria sido reconvertida para atender às necessidades de

saúde, pesquisa médica, moradia, infraestrutura básica e educação. Hoje, grupos farmacêuticos e fabricantes de remédios particulares, além de obter dinheiro estatal subsidiado, lucram com as necessidades de saúde. Um governo dos trabalhadores teria estabelecido um protocolo de produção que defendesse a força de trabalho, em vez de minimizar os custos de capital. Teria estabelecido um regime de trabalho de seis horas, especialmente para o pessoal da saúde, para facilitar o distanciamento social em diferentes turnos. Teria fomentado a solidariedade e a coordenação internacional, com trabalhadores de todos os países, para acelerar a pesquisa virológica, encontrar uma vacina e reconstruir o trabalho baseado na proteção dos seres humanos e do meio ambiente natural.

Em vez de financiar as quarentenas com empréstimos usurários de bancos e fundos de investimento, a taxas usurárias e com renegociações impagáveis da dívida, teria mobilizado os recursos produtivos por meio de dinheiro público sem intermediação, para serem utilizados na atividade social, sob o controle dos trabalhadores. Essa alternativa é possível? Basta observar as crescentes rebeliões populares que atravessam o mundo inteiro, para chegar à conclusão de que uma revolução está em andamento. É preciso um programa, uma estratégia, um propósito e uma determinação. Pela unidade da classe trabalhadora internacional, por governos dos trabalhadores em todos os países.

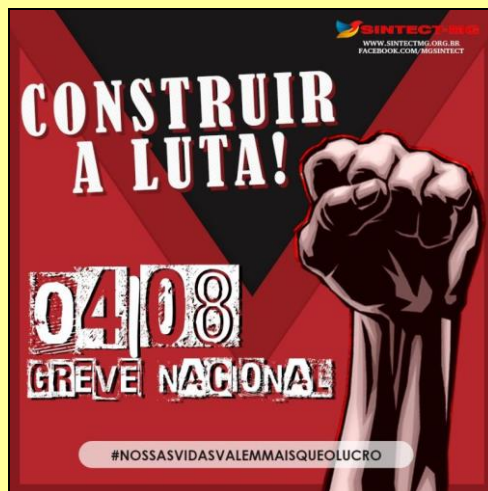
*Política Obrera (Argentina)*

## TODOS COM GREVE NACIONAL DOS CORREIOS!

A partir do dia 1º de agosto, os trabalhadores dos Correios ficarão sem seu Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), sendo enquadrados apenas nas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foi isto o que prometeu a direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), durante a segunda (e última, segundo o próprio Correio) mesa de negociação, realizada na última terça-feira, dia 28 de julho. Isso significa que se não houver muita luta, a partir do dia 01 de agosto, a Empresa irá retirar direitos como os 30% do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC); fim do ticket nas férias; fim do diferencial de mercado; fim do vale cesta que vem incorporado no ticket; fim do vale cultura; fim do anuênio; fim da licença maternidade de 180 dias; fim do auxílio creche; fim da cláusula que resguarda o motorizado do acidente de trânsito (o motorizado será responsabilizado civil e criminalmente pelo acidente) etc. Isso sem falar no reajuste salarial, que será de 0% (zero por cento).

A campanha salarial deste ano, que acontece em meio à pandemia devido à decisão monocrática do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. Essa situação escancarou a política do Governo Federal de desmontar os Correios, com o intuito de acelerar o processo de privatização da Empresa. Atacar os trabalhadores por meio da retirada de direitos, "enxugar" a ECT, é primordial para que os planos privatistas sejam levados a cabo. Assim, a luta contra a retirada de direitos histórico, o mínimo para garantir uma

sobrevivência digna daqueles que carregam a Empresa nas costas, é tarefa indispensável para todos os trabalhadores. Não há outra saída a não ser construir a maior greve de todos os tempos da categoria, única forma de conseguir impedir a destruição do Acordo Coletivo.



A última reunião do Comando Nacional de Negociação e Mobilização (CNNM) da FENTECT com os representantes da ECT para tratar do fechamento do ACT 2020/21 não deixou dúvidas: sem uma forte mobilização da categoria não sobrarão nenhum benefício no próximo Acordo Coletivo. Portanto, não há o que esperar, a luta é agora! Os trabalhadores devem manter



o calendário indicado pelo Comando de Negociação e decretar a greve a partir das 22h, do dia 04 de agosto. Não podemos ficar parados, vendo nosso ACT ser "jogado no lixo". Trata-se de defender a nossa sobrevivência. Não podemos cair no "conto do vigário" da burocracia sindical, de aguardar a decisão da justiça para depois ir pra luta. Depois do "martelo batido" a burocracia não lutará!

Não podemos esquecer que os trabalhadores só estão nesta situação por causa da liminar concedida à ECT pelo STF, que mudou a vigência do nosso Acordo e que onerou ainda mais a categoria com mensalidades altíssimas de um plano de saúde que mal funciona. Mesmo o julgamento do Pleno do STF só foi agendado depois que os trabalhadores começaram a debater a greve da categoria, o que deixa evidente que somente a nossa mobilização e espírito de luta promoverá

mudanças reais. Os trabalhadores dos Correios estão "carecas" de saber que absolutamente nada nos foi dado de graça. Os poucos direitos que nos restam foram fruto de muita luta, de muito suor, de greves, inclusive com demissões de companheiros que até hoje não retornaram.

O SINTECT-MG conclama os trabalhadores a participarem da construção da luta! A Empresa já encerrou seu expediente para as negociações coletivas retirou todos os direitos a partir do dia 1º de agosto. Não há outra saída! A existência da categoria é o que está em jogo. Ou os trabalhadores partem para a luta, ou irão sucumbir.

**A VIDA VALE MAIS QUE O LUCRO! NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS! FORA BOLSONARO E SEU GOVERNO! POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO!**

## COMEÇOU UMA ONDA DE GREVES



No final de julho passado, o metrô de São Paulo queria reduzir o salário e cortar direitos dos metroviários com a desculpa de que caiu a receita em função da pandemia. A categoria fez uma votação onde dois terços resolveu pela greve. O sindicato decretou a greve na mesma noite do anúncio. Justiça do Trabalho de São Paulo (TRT-2) estabeleceu regras para a eventual greve: no horário de pico, das 6h às 9h e das 16h30 às 19h30, 95% dos serviços deveriam funcionar. No restante do dia, o número cai para 65%. O percentual não corresponde à quantidade dos funcionários que deveriam trabalhar, e sim à prestação do serviço em si. Caso a liminar não fosse respeitada, seria aplicada multa diária de R\$ 150 mil para os trabalhadores e R\$ 500 mil para a Companhia do Metrô. Desesperado diante da firmeza e mobilização dos metroviários, que já estavam em piquetes nas garagens da companhia, na madrugada do sai 28 o governo Doria foi obrigado a recuar. A greve foi suspensa, mas como todos não puderam ser avisados, pela manhã o metrô só funcionou a partir das 7 horas da manhã. Vitória dos metroviários e da luta dos trabalhadores.

Depois da magnífica paralisação de 1º de julho, entregadores de aplicativos *delivery* protestaram em diversas cidades pelo país a sábado 25 de julho. Chamado de "Breque dos Apps", o movimento reivindicou melhores condições de trabalho para quem atua para plataformas como iFood, Rappi, Uber Eats e Loggi. Entre as exigências estão reajuste de preços, fim

de bloqueios indevidos, entrega de EPIs para trabalhar com mais segurança durante a pandemia, apoio contra acidentes, além de questionamentos com relação ao programa de pontos realizado por alguns dos apps.

A paralisação ocorreu em diversas capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Luiz, Curitiba e Belo Horizonte. Em São Paulo, alguns manifestantes protestaram em frente ao Center 3 e na Avenida Paulista, a estratégia era se concentrar nas entradas e saídas de shoppings centers para convencer colegas à interromper as entregas que saem dos restaurantes instalados nas praças de alimentação. No período da tarde, os manifestantes se concentraram em frente ao estádio do Pacaembu, na zona oeste da cidade. Além da participação dos entregadores, profissionais da saúde compareceram ao local em apoio ao movimento.

No Rio de Janeiro, os entregadores se reuniram na região central da cidade, em frente à igreja da Candelária. Os trabalhadores exibiam cartazes com dizeres como "nossas vidas valem mais que o lucro deles" e "a guerra continua". O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também participou do ato e distribuiu mais de 300 refeições aos entregadores.

No Paraná, diante da postura da Renault em manter as 747 demissões supostamente provocadas pela queda das vendas devida à pandemia, os trabalhadores da empresa decidiram continuar com a greve iniciada no

dia 21 de julho. O encaminhamento foi aprovado em assembleia liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Os trabalhadores também decidiram que todos os dias seriam realizadas assembleias explicativas ou deliberativas caso a empresa apresentasse uma nova proposta a ser discutida. Enquanto não houvesse avanço nas negociações a greve continuaria por tempo indeterminado. Essa era a situação em finais do mês de julho.

O sindicato metalúrgico alertou para os incentivos fiscais que a montadora recebe do governo do estado. "São mais de 50 empresas que recebem esse incentivo. São mais de R\$12 bilhões por ano e isso faz a diferença. O governo e a população estão ajudando essa empresa a se fortalecer no estado. E nós

queremos como contrapartida a manutenção dos empregos na Renault".

A greve mais importante começou em agosto: um pacote de "maldades" da atual gestão militar dos Correios resultou em greve de seus 100 mil trabalhadores. Com negociações abertas para um novo acordo coletivo, a diretoria da estatal propôs aos funcionários o corte de benefícios "extra-CLT" que foram incorporados aos salários, levando à reação grevista.

A luta de classes começa a esquentar no Brasil: greve dos entregadores de aplicativos, dos metalúrgicos da Grande Curitiba, dos metroviários de SP e, agora, dos Correios. A primavera promete... É necessário chamar todas as centrais sindicais a organizar, em frente única, a vitória dos movimentos grevistas. Esta é a tarefa que deve ser assumida por uma esquerda revolucionária.

## **GOVERNO BOLSONARO MIRA PROFESSORES E POLICIAIS ANTIFASCISTAS**



O Ministério da Justiça produziu um dossiê com nomes e, em alguns casos, fotografias e endereços de redes sociais de pessoas monitoradas pelos serviços de inteligência brasileiros. A ação partiu do Ministério chefiado por André Mendonça, que colocou em prática em junho passado uma ação sigilosa sobre um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança identificados como integrantes do "movimento antifascismo" e três professores universitários, um dos quais ex-secretário nacional de direitos humanos e atual relator da ONU sobre direitos humanos na Síria, todos críticos do governo de Jair Bolsonaro. A informação foi publicada por Rubens Valente, colunista do UOL.

Segundo o colunista, o ministério produziu um dossiê com nomes e, em alguns casos, fotografias e endereços de redes sociais das pessoas monitoradas. A atividade contra os antifascistas é realizada por uma unidade do ministério pouco conhecida, a Secretaria de Operações Integradas (Seopi), uma das cinco secretarias subordinadas ao ministro André Mendonça. A secretaria é dirigida por um delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e tem uma Diretoria de Inteligência chefiada por um servidor com formação militar – ambos foram nomeados em maio por Mendonça. Investida das atribuições de serviço de "inteligência" por um decreto do presidente Jair Bolsonaro, o de nº 9.662 de 1º de janeiro de 2019, a Seopi não submete todos os seus relatórios a um acompanhamento judicial. Assim, vem

agindo nos mesmos moldes dos outros órgãos que realizam normalmente há anos o trabalho de inteligência no governo, como o Centro de Inteligência do Exército (CIE) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Procurado pelo UOL, o ministério afirmou que integra o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e que a inteligência na segurança pública faz "ações especializadas" com o objetivo de "subsidiar decisões que visem ações de prevenção, neutralização e repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas e o patrimônio".

Além da Polícia Federal e do CIE, o documento produzido pelo Ministério da Justiça foi endereçado a vários órgãos públicos, como Polícia Rodoviária Federal, a Casa Civil da Presidência da República, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Força Nacional e três "centros de inteligência" vinculados à Seopi no Sul, Norte e Nordeste do país.

Os centros funcionam como pontos de reunião e intercâmbio de informações entre o Ministério da Justiça e policiais civis e militares que são recrutados pelo ministério. Assim, o dossiê do Ministério da Justiça se espalhou pelas administrações públicas federal e estaduais e não se sabe a consequência dessa disseminação. Pode ser usado, por exemplo, como subsídio para perseguições políticas dentro dos órgãos públicos.

## **NOTA DA DIRETORIA DA ADUSP**

A cada dia, o governo Bolsonaro-Mourão-Guedes supera-se em agressões às conquistas democráticas, à Constituição Federal, aos direitos sociais e políticos, à saúde da população — que vem sendo dizimada pela Covid-19 sob os olhares cúmplices do Palácio do Planalto e do general escalado para comandar o Ministério da Saúde. Recentemente o ministro do Meio Ambiente propôs “passar a boiada” de medidas que favoreçam a destruição da Amazônia, ao passo que o ministro da Economia gabou-se de haver colocado “uma granada no bolso do servidor”, ao impedir reajustes salariais até dezembro de 2021.

Surge agora a estupefata notícia de que o Ministério da Justiça, agindo à inteira revelia do Poder Judiciário, criou um aparato de espionagem que vem investigando por conta própria e sem o devido processo legal centenas de servidores federais e estaduais da área de segurança pública, identificados como policiais antifascistas; três conhecidos professores universitários — Paulo Sérgio Pinheiro, Luis Eduardo Soares e Ricardo Brisolla Balestreri; e o jovem cientista político Alex Agra Ramos....

A Seopi foi criada pelo decreto 9.662/2019 de Bolsonaro — que a investiu das atribuições de serviço de “inteligência” — e vem agindo nos mesmos moldes de órgãos mais antigos desse setor, como o Centro de Inteligência do Exército (CIE) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Onde pretendem chegar os mentores da nova “comunidade de informações”, que faz lembrar a infame Ditadura Militar? Como aceitar que uma operação clandestina deste porte tenha origem na pasta que primeiro deveria cuidar do respeito à legalidade, o Ministério da Justiça? Como tolerar essa inversão bizarra da história, que faz do antifascismo um “crime” a ser investigado?

(...) A Adusp solidariza-se com os policiais antifascistas, os acadêmicos e todos aqueles que se tornaram alvos dessa perseguição ilegal. Expressa ainda sua profunda indignação e seu total repúdio à operação desfechada pelo governo Bolsonaro, que constitui sem sombra de dúvidas enorme abuso de poder, é antidemocrática e especialmente sórdida, pelos riscos que traz às liberdades democráticas que ainda existem e resistem no nosso país, e ao exercício da oposição política.

## **O AUMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA**

Os grandes jornais noticiaram que na primeira metade do ano a dívida pública cresceu mais de R\$ 600 bilhões por causa dos gastos para enfrentar a pandemia, quando na verdade o crescimento se deve principalmente ao aumento das operações compromissadas (operações de remuneração da sobra de caixa dos bancos, cujo estoque aumentou R\$ 434 bilhões), incidência de juros sobre a dívida (R\$ 112 bilhões) e o aumento da dívida externa medida em reais (R\$ 64 bilhões), principalmente devido à desvalorização do real. A grande mídia tenta fazer crer que os grandes bancos e investidores é que estariam financiando o combate à pandemia, quando na realidade estes gastos estão sendo feitos principalmente com a

utilização da Conta Única do Tesouro, que dispõe de cerca de R\$ 1 trilhão.

Os bancos estão sendo privilegiados, pois receberam R\$ 1,2 trilhão para emprestar a pessoas e empresas, mas preferiram dificultar isso e destinar sua sobra de caixa para o Banco Central, que lhes premia remunerando esta montanha de dinheiro. Agora podem receber mais trilhões do Banco Central por meio da Emenda Constitucional 106.

O aumento da dívida pública (e a sua remuneração pelo Estado com juros) devido a estes mecanismos financeiros, significa a transferência de riqueza da população que trabalha para os capitalistas rentistas.

## **O QUE HÁ POR TRÁS DA “REFORMA DO SUS”?**

Mudar o marco legal do SUS: junto com as reformas tributária e administrativa, essa será a prioridade de Rodrigo Maia (DEM-RJ) nos últimos meses à frente da Presidência da Câmara, cargo que deixa em fevereiro do ano que vem. A inesperada notícia foi divulgada na sexta-feira, primeiro pela jornalista Andréia Sadi, depois pelo próprio deputado em uma entrevista à rádio Eldorado. A estratégia parece ser correr com a proposta sem, no entanto, dar muitos detalhes sobre o teor. Maia disse que tem conversado com “um grupo de pessoas” — que preferiu não citar ‘por não ter autorização’ (!) —, que fez um raio X do SUS. De acordo com ele, esse “longo trabalho” lhe foi apresentado na segunda-feira passada em uma “longa reunião”. O diagnóstico seria focado nas ineficiências, na burocracia, na falta de interatividade (com quem?) e de modernização do Sistema. Segundo o presidente da Câmara, o objetivo é ter um SUS “moderno, de melhor qualidade” e resolver o que ele chama de “aplicação de recursos distorcida” na saúde. Maia não cita a falta de financiamento do SUS como entrave.

Não é de hoje que o setor privado quer reformar o SUS. As eleições de 2014, profundamente marcadas pelo terremoto que foi Junho de 2013, serviram de tubo de ensaio para a formalização das primeiras propostas, vindas da Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp). A integração entre o setor público e privado, com o primeiro sendo responsável pelo aporte de dinheiro e o último pela gestão “eficiente” e “moderna” dos recursos passou a

aparecer como a “causa” dos empresários que, altruisticamente, teriam abandonado “reivindicações corporativistas” — sem, evidentemente, abandonar. A Anahp chegou a defender que hospitais privados tivessem o papel de gerir as políticas públicas de saúde na região onde atuam.

A agenda das empresas de saúde foi tocada adiante por uma entidade criada para reunir os diversos elos da cadeia produtiva — de hospitais à indústria farmacêutica. O Instituto Coalizão Saúde estava com a corda toda depois que os deputados aprovaram o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ainda no governo interino de Michel Temer. Na primeira semana como ministro, Ricardo Barros se desabalou até São Paulo para participar de uma reunião do Instituto dirigido por Claudio Lottenberg — ex-presidente da United Health Brasil, multinacional que comprou a Amil antes que a participação do capital estrangeiro na saúde estivesse legalizada no país. Lottenberg marcou presença na posse de Temer (com direito à foto abraçado ao ex-presidente) e o Instituto demonstrou influência ao se reunir com o chefe do poder Executivo para apresentar suas propostas, dentre elas a desregulamentação — ou numa imagem mais atual, inspirada em Ricardo Salles, a passagem da boiada.

Uma parte do setor privado da saúde viu derrotada sua tentativa de mudar a lei dos planos — mesmo com apoio do governo federal (quem lembra da obsessão de Ricardo Barros com os planos “populares”?). Hoje, o principal



aliado dessas empresas, que presidia a comissão especial sobre o assunto – Rogério Marinho –, é ministro do governo Bolsonaro. Exatamente um ano atrás, em julho, tentou-se de novo. O projeto “Mundo Novo” foi apresentado ao respeitável público pelo jornalista Élio Gaspari, sempre atento às movimentações empresariais no setor. Tinha como objetivo desregular tudo o que fosse possível e ampliar o número de clientes de 47 para 70 milhões. Detalhe: recebeu pronto apoio do mesmo Rodrigo Maia que, agora, quer mudar o SUS sem sequer dizer de onde sopra esse vento.

O que sabemos é que, desta vez, trata-se de uma concertação mais ampla. Entre os operadores da máquina de raios X do SUS estaria a empresária Luiza Trajano. De fato, a presidente da Magazine Luiza vem, desde março, se pronunciando sobre o assunto. Em um debate da XP Investimentos, afirmou que o SUS “é perfeito”. “O que falta é gestão”, sentenciou. A empresária citou que a entidade que preside – Grupo de Mulheres do Brasil – tem um comitê de saúde que “sempre estudou e valorizou muito” o SUS: “O que talvez não funcione no nosso [sistema] é que a troca de gestores é muito rápida. Em cada cidade nossa, tem um SUS. Em alguns deles, contudo, não têm ambulatórios e agora estão correndo para colocar tudo isso”. O próprio Maia já vinha dando declarações sobre o SUS desde maio. “Eu tinha uma visão muito pró-mercado privado de saúde, mas a gente vê que o SUS é

importante”, disse na época, em um seminário virtual que contou com moderação de Armínio Fraga – outro novato na área, que entrou com tudo no debate através de seu Instituto de Estudos para Políticas de Saúde.

Para quem acompanha o assunto, não é novidade que esse diagnóstico centrado nos “problemas de gestão” do SUS seja apresentado de uma forma torta, para anular a validade de outro diagnóstico, concretíssimo: o subfinanciamento do Sistema, que virou desfinanciamento com a aprovação da Emenda do Teto dos Gastos. A solução para “modernizar” o Sistema Único é quase sempre entregar as chaves ao setor privado – ignorando o conflito de interesses e, a essa altura, as diversas denúncias de corrupção envolvendo parcerias público-privadas e organizações sociais (OSs). Além da gestão, os empresários avançam cada vez mais na formulação das políticas da área.

O SUS está inscrito na Constituição e foi regulamentado em 1990, pela Lei Orgânica da Saúde. É da mesma época outra lei (8.142), muito desrespeitada, que trata da participação da sociedade brasileira na construção desta política pública tão importante. A reforma patrocinada por Maia parece ser mais uma negociação de bastidores que ignora que o Brasil tem conselhos de saúde e uma tradição acadêmica que fez, ao longo de décadas, inúmeros raios X do Sistema Único de Saúde.

**Maira Mathias e Raquel Torres**

## **A MÁQUINA BRASILEIRA DE LAVAR DINHEIRO**

Duas décadas depois de um terremoto político, um potente tremor secundário que deveria sacudir o Brasil está sendo recebido com um silêncio estrondoso. O que agora é chamado de “vazamentos do Banestado” e “CC5gate” é algo parecido com o antigo caso WikiLeaks: uma lista publicada pela primeira vez na íntegra, dando nomes e detalhando um dos maiores casos de corrupção e lavagem de dinheiro do mundo nas últimas três décadas. Esse escândalo pode nos proporcionar o saudável exercício daquilo que Michel Foucault reconheceu como uma “arqueologia do saber”: sem entender esses vazamentos, é impossível colocar no devido contexto eventos que vão dos sofisticados ataques de Washington ao Brasil — inicialmente via NSA [*National Security Agency* (Agência de Segurança Nacional norte-americana)], espionando o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2010-2014) — até a operação “Lava Jato”, que pôs na cadeia Luis Inácio Lula da Silva, e abriu o caminho para a eleição do presidente neofascista Jair Bolsonaro. O crédito pelo furo jornalístico desta trama de guerra híbrida orwelliana deve ser tributado, mais uma vez, à mídia independente. O pequeno site *Duplo Expresso*, liderado pelo jovem e ousado advogado internacional Romulus Maya, radicado em Berna, foi quem publicou a lista pela primeira vez.

Uma épica live de cinco horas reuniu os três principais protagonistas da denúncia do escândalo, no final dos anos 90, e que agora se dispõem a confrontá-lo novamente: o então governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, o promotor federal Celso Tres e o agora superintendente aposentado da Polícia Federal, José Castilho Neto. Anteriormente, em outra live, Maya e o antropólogo Piero Leirner, principal analista de guerra híbrida do Brasil, me informaram sobre as inúmeras complexidades políticas dos vazamentos, enquanto discutíamos a geopolítica no Sul Global. As listas do CC5: vejamos o que as torna tão especiais.

Em 1969, o Banco Central do Brasil criou o que viria a ser conhecida como a “conta CC5”, para facilitar empresas e executivos estrangeiros na transferência legal de pequenos ativos para o exterior. Por muitos anos, o fluxo de caixa nessas contas não foi significativo. Então, nos anos 90, tudo mudou, com o surgimento de uma grande e complexa movida criminosa focada na lavagem de dinheiro. A investigação original do Banestado começou em 1997. O promotor federal Celso Tres ficou surpreso ao descobrir que, de 1991 a 1996, o equivalente a nada menos que 124 bilhões de dólares havia sido transferido para o exterior. No final das contas, durante toda a existência dessa movida (de 1991 a 2002), o total escalaria para 219 bilhões de dólares — situando o Banestado no cerne de um dos maiores esquemas de lavagem de dinheiro do mundo em todos os tempos.

O relatório do promotor Celso Tres deu origem a uma investigação federal, que partiu de Foz do Iguaçu — estrategicamente situada na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai —, onde os bancos locais lavavam fundos vultosos através de suas contas CC5. Eis como funcionava: os doleiros do mercado negro, em conluio com funcionários dos bancos e do governo, faziam uso uma vasta rede de contas bancárias, em nome de laranjas e de empresas fantasmas, para lavar recursos ilegais oriundos de corrupção pública, fraude tributária e crime organizado, em especial por meio do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em Foz do Iguaçu. Daí chamar-se “caso Banestado”.

Até 2001, a investigação federal parecia não chegar a lugar algum, quando então o superintendente da Polícia Federal José Castilho constatou que a maioria das transferências estava, na verdade, caindo em contas da agência do Banestado em Nova York. Castilho foi a Nova York em janeiro de 2002 para acelerar o necessário rastreamento internacional dos fundos.

Através de uma ordem judicial, Castilho e sua equipe revisaram 137 contas do Banestado em Nova York, acompanhando a movimentação de 14,9 bilhões de dólares. Em alguns casos, os nomes dos beneficiários eram os mesmos de políticos brasileiros que atuavam no Congresso, ministros e até ex-presidentes.

Depois de um mês em Nova York, Castilho volta ao Brasil com um relatório de 400 páginas. Apesar das evidências esmagadoras, ele foi removido da investigação, suspensa então por, pelo menos, um ano. Quando o novo presidente Lula assume o governo no início de 2003, Castilho volta à ação. Em abril de 2003, Castilho identificou uma conta particularmente interessante no banco Chase Manhattan, chamada “Tucano” — apelido do PSDB, liderado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), no poder antes de Lula e que mantivera laços muito próximos às máquinas políticas do presidente norte-americano Bill Clinton e do primeiro-ministro britânico Tony Blair.

Castilho foi fundamental na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o caso Banestado. Mas, mais uma vez, essa Comissão não levou a lugar algum. Não houve sequer a votação de um relatório final. A maioria das empresas negociou acordos com a Receita Federal do Brasil e, assim, encerrou qualquer possibilidade de ação judicial no que respeita à sonegação de impostos. Em essência, os dois maiores partidos políticos, o PSDB neoliberal, de FHC, e o Partido dos Trabalhadores, de Lula — que jamais enfrentaram de fato as maquinções imperialistas e a classe rentista brasileira — participaram ativamente para enterrar uma investigação aprofundada do caso. Além disso, ao suceder FHC, Lula, de forma consciente ou talvez na intuição de preservar a governabilidade, tomou a decisão estratégica de não investigar a corrupção tucana, embalada por uma série de privatizações desonestas.

Os promotores de Nova York chegaram ao ponto de preparar uma lista especial do Banestado para Castilho, com o que realmente importava para o processo criminal: o circuito completo do esquema de lavagem de dinheiro, apresentando os fundos inicialmente remetidos de forma ilegal para fora do Brasil, por meio das contas CC5; sua passagem através das agências, em Nova York, dos bancos brasileiros envolvidos; até chegar nas contas e fundos fiduciários dos paraísos fiscais (por exemplo, Cayman, Jersey, Suíça); para só então retornar ao Brasil sob a forma — plenamente lavada — de “investimento estrangeiro”, quando então se prestariam ao uso real e gozo dos beneficiários finais, os verdadeiros donos da grana. No entanto, o ministro da Justiça brasileiro, Marcio Thomaz Bastos, nomeado por Lula, bloqueou o avanço das investigações. Como nota metaforicamente o superintendente Castilho: “Isso me impediu de voltar ao Brasil com o cadáver do crime”.

Embora Castilho nunca tenha posto as mãos nesse documento crítico, pelo menos dois deputados brasileiros, dois senadores e dois promotores federais, que mais tarde ascenderiam à fama como “estrelas” da operação Lava Jato — Vladimir Aras e Carlos Fernando dos Santos Lima, — o teriam obtido. Por que e como o documento — chamêmo-lo de “bolsa de defunto” — nunca foi encontrado nos processos criminais no Brasil é ainda um mistério complementar a cobrir todo o enigma. Enquanto isso, existiriam relatórios “não confirmados” (várias fontes se esquivam em registrar isso) de que esse documento pode ter sido usado para extorquir os envolvidos, majoritariamente bilionários, que figuram na lista.

O condimento extra, na esfera judicial, está no fato de que o juiz estadual acusado por alguns de enterrar o caso Banestado não era outro que não Sergio Moro, a figura autoassumida como o Elliot Ness dos trópicos, que na próxima década alcançaria a condição de superestrela, como o *capo di tutti capi* da Lava Jato e daí, por consequência, ministro da Justiça de Bolsonaro. Moro acabou renunciando e agora já está, de fato, fazendo campanha para concorrer à presidência em 2022. E aqui chegamos à conexão tóxica Banestado-Lava Jato.

Considerando especulações, sobre o suposto *modus operandi* de Moro na Lava Jato, de alterar nomes nos documentos com a finalidade de pôr Lula na cadeia, o desafio agora seria provar se Moro “vendia” não-condenações no caso Banestado. Ele dispunha de uma desculpa legal conveniente: sem o “corpo do crime” arrolado no processo criminal no Brasil, ninguém poderia ser considerado culpado. À medida que mergulhamos nos detalhes excruciantes, o Banestado se parece cada vez mais com o fio de Ariadne que pode desvelar o começo da destruição da soberania do Brasil. Um conto cheio de lições a serem aprendidas por todo o Sul Global.

Naquela live épica, Castilho fez soar um alarme quando se referiu a 17 milhões de dólares que haviam transitado pela filial do Banestado em Nova York e depois, de todos os lugares do mundo possíveis, acabou sendo enviado para o Paquistão. Ele e sua equipe descobriram isso apenas alguns meses após o 11 de setembro. Enviei-lhe algumas perguntas sobre o assunto, e ele respondeu, por meio de Romulus Maya, que seus investigadores podem desenterrar tudo novamente, pois um relatório indicaria a origem desses fundos.

Estamos falando de fundos duvidosos, possivelmente de operações com drogas e armas, saindo da tríplice fronteira, que historicamente é um dos grandes nódulos de operações clandestinas da CIA e do Mossad. O financiamento pode ter sido proporcionado pelo chamado rei do dólar paralelo, Dario Messer, via contas CC5. Não é segredo que os operadores do mercado paralelo na tríplice fronteira estão todos conectados ao tráfico de cocaína do Paraguai — e também a evangélicos. Essa é a base do que Romulus Maya, Piero Leirner e eu já caracterizamos como o “Evangelistão da Cocaína”. Messer é uma engrenagem indispensável na máquina de reciclagem associada ao tráfico de drogas. O dinheiro viaja para paraísos fiscais sob a proteção do imperialismo, é devidamente lavado, e ressuscita gloriosamente em Wall Street e no centro financeiro de Londres, com o bônus extra para os Estados Unidos de diminuir parte de seu déficit em conta corrente. Taí a deixa para entender a “exuberância irracional” de Wall Street.

O que realmente importa é a livre circulação de cocaína; escondida — por que não? — numa inusitada carga de soja — o que, de quebra, garante a saúde do agronegócio. Essa é uma imagem duplicada da rota da heroína da CIA no Afeganistão, que eu detalhei em outro lugar. Em termos políticos, Messer é, antes de mais nada, o elo perdido crucial da ligação com Moro. Até uma grande mídia como O *Globo* foi forçada a admitir, em novembro passado, que os negócios sombrios de Messer foram “monitorados” sem trégua por duas décadas, por diferentes agências de inteligência norte-americanas, em Assunção e em Ciudad del Este, no Paraguai. Moro, por sua vez, é um trunfo para duas diferentes agências norte-americanas, o FBI e a CIA, além do Departamento de Justiça.

Nessa trama complexa, Messer pode ser o coringa. Mas também existe um Falcão Maltês, e, como aquele imortalizado no filme clássico de John Huston [a partir da obra literária homônima de Dashiell Hammett], existe apenas um Falcão Maltês. Ele está atualmente em um cofre na Suíça. Refiro-me aos documentos oficiais originais, apresentados pela gigante da construção civil Odebrecht à operação Lava Jato, que foram indiscutivelmente “manipulados”, “a princípio” pela própria empresa, mas também, “talvez”, em conluio com o então juiz Moro e a equipe de acusação liderada por Deltan Dallagnol. E isso foi feito não apenas com o objetivo de incriminar Lula e as pessoas próximas a ele, mas também, estrategicamente, para excluir qualquer menção a indivíduos que não deviam, sob hipótese alguma, ser trazidos à luz... ou aos bancos dos tribunais. E, sim, você adivinhou se pensou no rei do dólar paralelo, ao que tudo indica, acolitado pelos Estados Unidos.

O primeiro impacto político sério que se seguiu à liberação dos vazamentos do caso Banestado é que os advogados de Lula, Cristiano e Valeska Zanin, finalmente, e de forma oficial, solicitaram às autoridades suíças a entrega dos originais. O ex-governador Roberto Requião, aliás, foi o único político brasileiro a pedir publicamente a Lula, em fevereiro, que buscasse os documentos na Suíça. Não é surpresa que Requião seja agora a primeira figura pública no Brasil a pedir a Lula que torne ostensivo todo o seu conteúdo, tão logo o ex-presidente ponha as mãos nele.

A lista real, não adulterada, de pessoas envolvidas na corrupção da Odebrecht está repleta de grandes nomes — incluindo a elite judiciária. Confrontando as duas versões, os advogados de Lula podem, finalmente, ser capazes de demonstrar a fabricação de “evidências” que levaram à prisão de Lula e também, entre outros desdobramentos, ao exílio do ex-presidente do Equador Rafael Correa, à prisão de seu ex-vicepresidente Jorge Glas, a prisão do ex-presidente Ollanta Humala e sua esposa e, mais dramaticamente, ao suicídio do ex-presidente do Peru, Alan Garcia.

A grande questão política agora não é descobrir o grande mestre manipulador que enterrou o escândalo do Banestado há duas décadas. Como detalhou o antropólogo Piero Leirner, o que importa é que a apuração das informações contidas no vazamento das contas CC5 do caso se concentre no maquinário de como a corrupta grande burguesia brasileira, em associação com políticos e agentes do Judiciário (nacionais e estrangeiros), se entronizou como classe rentista e, ainda assim, eternamente submissa e controlada pelos arquivos “secretos” do imperialismo.

O vazamento inédito da lista de contas CC5 do Banestado pode permitir o reconhecimento do sentido dos lances políticos por trás do fracasso recente de Lula. Trata-se de uma guerra de espectro total (“híbrida”), onde piscar não é uma opção. E o projeto geopolítico e geoeconômico de destruir a soberania do Brasil e transformá-la em uma subcolônia imperial está vencendo, sem dúvida. O potencial explosivo desses vazamentos do Banestado e do CC5gate pode ser medido pela reação dos diversos *limited hangouts* [“mediadores coercitivos” ou “entregadores limitados” ou, numa velha terminologia sindical, “pelegos”]: um silêncio estrondoso, que abrange partidos de esquerda e meios alternativos supostamente progressistas [N. do T.: a começar pelo portal Brasil247, onde o site Duplo Expresso e a pessoa do seu coordenador são sistemática e impiedosamente desqualificados pelo seu suspeito

diretor, o jornalista Leonardo Attuch, a quem Paulo Henrique Amorim identificara como um prestador de serviços jornalísticos do banqueiro Daniel Dantas]. Para a grande mídia, por seu turno, para quem o ex-juiz Moro é uma vaca sagrada, um vazamento como esse é considerado, na melhor das hipóteses, uma “história antiga”, “fake news” ou até mesmo não mais que uma “farsa”.



Lula está diante de uma decisão fatídica. Com acesso a nomes até agora mantidos nas sombras pela Lava Jato, ele pode ser capaz de detonar uma bomba de nêutrons e resetar todo o jogo político, expondo um furúnculo de ministros do Supremo ligados à Lava Jato, promotores federais, promotores estaduais, jornalistas e até mesmo generais que receberam fundos da Odebrecht no exterior. Sem falar de trazer para a berlinda o rei do dólar paralelo, Dario Messer, quem, de fato, controla o destino de Moro. Isso significa, em última instância, apontar um dedo diretamente para o estado profundo dos Estados Unidos. Não vai ser uma decisão fácil de tomar.

Agora está claro que os credores do Estado brasileiro eram, originalmente, devedores. Cruzando as contas, seria possível fechar o círculo contábil do lendário “desequilíbrio fiscal” do Brasil — exatamente no momento em que essa praga é embandeirada, mais uma vez, com a intenção de dizimar os ativos do precarizado Estado brasileiro. O ministro das Finanças, Paulo Guedes, neopincochetista e líder de torcida de Milton Friedman, já avisou que vai continuar vendendo empresas estatais como se não houvesse amanhã. O Plano B de Lula seria fechar um tipo de acordo que enterraria todo o dossiê — exatamente como a investigação original do Banestado foi enterrada há duas décadas — na tentativa de preservar a liderança do Partido dos Trabalhadores como uma oposição domesticada, sem tocar naquilo que se tornou o essencial na questão: como e por que Guedes está vendendo o Brasil. Essa parece ser a opção preferida de Fernando Haddad, que perdeu a eleição presidencial para Bolsonaro em 2018 e é uma espécie de versão brasileira de Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile. Ele é um neoliberal envergonhado, que sacrificaria tudo para ter mais uma chance de ascender ao poder, possivelmente em 2026.

Se o Plano B acontecer, ele pode vir a galvanizar a ira dos sindicatos e movimentos sociais — a classe trabalhadora brasileira de carne e osso, que está às portas de ser dizimada pelo neoliberalismo anabolizado e pelo conluio tóxico da versão brasileira, inspirada nos EUA, do *Patriot Act*, com esquemas militares que lucram com o Evangelistão da Cocaína. E tudo isso depois que Washington — com sucesso — quase destruiu a campeã nacional Petrobras, um dos alvos iniciais da espionagem da NSA. Zanin, advogado de Lula, também acrescenta — e talvez já seja tarde demais — que a “cooperação informal” entre Washington e a operação Lava Jato, nos termos do Decreto 3.810/02, era, na realidade, ilegal. No pé em que está a apuração das informações a partir do



vazamento do caso, uma primeira lista VIP do Banestado foi elaborada. Ela inclui o atual presidente do Superior Tribunal Eleitoral e ministro do Supremo, Luis Roberto Barroso, banqueiros, magnatas da mídia e industriais. O promotor da operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, por sua vez, parece ser muito próximo da corte judiciária neoliberal instalada no STF.

A lista VIP pode ser lida como um roteiro das práticas de lavagem de dinheiro dos brasileiros do 0,01% — estimados em aproximadamente 20.000 famílias detentoras da dívida interna brasileira de quase um trilhão de dólares. Uma grande parte desses fundos foi reciclada para voltar ao Brasil como “investimento estrangeiro” através do esquema CC5 na década de 1990. E foi exatamente assim que a dívida interna do Brasil explodiu. Ainda assim, ninguém

sabe, em detalhes, onde a torrente de dinheiro sujo, lavada pelo Banestado, realmente acabou chegando. A “bolsa do defunto” nunca foi formalmente reconhecida como tendo sido trazida de volta de Nova York, e nunca entrou em nenhum processo criminal. No entanto, o crime de lavagem de dinheiro pode ser considerado como continuado — e, assim, sua prescrição não seria aplicável. Portanto, alguém ou alguns, poderiam ir para a cadeia. Parece que, para breve, não vai ser o caso. Enquanto isso, patrocinado pelos Estados Unidos, pelas finanças transnacionais e pelos operadores das elites locais — alguns de farda, outros de toga — o golpe de guerra híbrida em câmera lenta contra o Brasil continua se espalhando, dia após dia, aproximando-se do domínio de espectro total.

**Pepe Escobar**

## **SOBRE UMA “CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE DOS EUA”**

A “Conferência Latino-Americana e dos EUA” convocada pela Frente de Esquerda - Unidade (FIT-U) da Argentina, realizada no início de agosto, distinguiu-se por algumas características que comprometem suas pretensões. O mais importante é que ela não foi acompanhada de um debate de posições contraditórias. Desta forma, serviu apenas para colocar um selo em acordos consumados. O teor das discussões que levaram a estes acordos não é conhecido, nem a natureza deles, ou mesmo se existem. O evento foi realizado sem um debate prévio entre as lideranças e a militância de cada organização. O documento da Conferência adverte, no entanto, que aqueles que compõem a FIT-U têm uma longa lista de diferenças em questões nacionais e internacionais e em sua prática política. Algumas diferenças estão relacionadas a questões atuais, mas outras estão no passado. A abordagem é extremamente esquemática e serve como um pretexto para qualquer manobra divisionista.

O método de delimitação política não é para desfolhar diferenças. Isto serve apenas para justificar o próprio nicho. O objetivo é caracterizar a época, o cenário e as tarefas - isto é, um programa, um “guia de ação”. Isto é o que a convocação da Conferência não tinha de forma alguma. Apresentar a unidade como sinônimo de monolitismo político é tão irrealista quanto burocrático. A história e a luta de classes estão em constante fluxo, o que obriga o militante revolucionário e o partido revolucionário a fazer uma caracterização histórica ou geral, por um lado, e o caráter das forças em presença, e a redefinir constantemente, por outro lado, essas caracterizações. Apresentar os títulos de uma lista de divergências entre os convocadores não é o mesmo que delimitar posições, mas sim evitá-las e encobri-las. A Conferência não teve nenhuma preparação política. Este ‘método’ não descreve um projeto, mas um beco sem saída.

Mencionar, por exemplo, as diferenças sobre o “chavismo” só se presta a confusão, porque a revolta chavista de 1992 é uma coisa; outra o governo nacional-bonapartista; e o estado policial de Maduro, numa Venezuela sitiada pelo imperialismo, é uma terceira. Outras questões são táticas. Não menciona a questão do sionismo ou do crime de opinião vinculado com ele, que ainda está no calendário político argentino. Neste contexto, apontar “o desafio” da FIT-U para superar suas próprias limitações, como faz o texto, nada mais é que fraseologia - um elogio ao empirismo, ausência de conteúdo concreto... (...) No que diz respeito à nossa Tendência, temos mantido uma posição coerente desde os primeiros passos da formação da CRQL, em maio de 1997. Em resumo: sem queixas ou

insultos, sem encapsulamentos sectários, sem acordos vazios de conteúdo e em desacordo com os princípios.

Os convocadores não convocaram uma conferência, mas mesas de debate, que ocuparam dias da conferência, e o que seria um “workshop” no último dia. Nas mesas, se mostraram todos os tipos de diferenças e disputas diante de um público passivo, e o dia restante passou por cima das questões substantivas, sem a possibilidade de um verdadeiro debate por parte da militância. É uma metodologia de acomodação e remendos, que sempre funciona como uma semente de novas divisões. Nosso emblema é: “unidade na clareza”.

O texto de convocação não poupa adjetivos para descrever “um novo cenário mundial”, que seria marcado pelo “agravamento da crise” e uma “onda ascendente de luta de classes”, “inseparável da crise capitalista”. Não discernem se o que está ascendendo é a luta de classes do capital (fascismo) ou a luta de classes do proletariado (socialismo). Também não define a luta de classes, que existe ininterruptamente de forma instintiva e diária, nem a luta política, que é a verdadeira luta de classes do proletariado.

As fórmulas genéricas do texto permitem colocar todos os tipos de situações na mesma bolsa e até mesmo negá-las ao mesmo tempo, e acima de tudo evitar uma caracterização das forças em ação. A “onda ascendente” tem servido para um líder do PTS argentino afirmar que no Chile há uma “rebelião”, mas não um processo revolucionário, para que a “ascensão” transandina não tire o sono de ninguém. Ele inverte a famosa fórmula do abade Sieyes, que respondeu à pergunta de Luís XVI sobre se a tomada da Bastilha era uma ‘revolta’ - “não Sire, é uma revolução”. Está ocorrendo um processo revolucionário no Chile? Não, o PTS nos responde - é uma revolta. Um processo é revolucionário se a luta das massas for dirigida contra o poder político.

O que distingue a situação mundial é, antes de mais nada, o impasse mortal do capital, que a pandemia revelou de forma brutal. Na era da inteligência artificial, não há capacidade de atendimento nas unidades de terapia intensiva; os hospitais são insuficientes; as máscaras e respiradores têm que ser importados da China, em meio à guerra econômica e quase militar; os estados saem para resgatar o capital com dinheiro fictício, enquanto o desemprego e a fome atingem níveis colossais. O dinheiro espúrio não é acumulação capitalista, mas uma espiral de dissolução do capitalismo. Em segundo lugar, os regimes políticos em vigor, e não apenas os governos, entraram em

um impasse ainda mais colossal. No pódio: a primeira potência do mundo, a primeira potência da América Latina, e o berço do neoliberalismo e a destruição da classe trabalhadora - o Chile. Há muitos na fila de espera, incluindo a China. Quando um cenário histórico e político como este é sitiado por rebeliões populares maciças e duradouras, da magnitude dos Estados Unidos ou do Chile, fica claro que o mundo inteiro se caracteriza por diferentes graus de situações revolucionárias, ou pelo menos que estas situações estão inscritas no cenário político. Esta caracterização deve ser o ponto de partida de uma política revolucionária.

Sob a pressão da prática parlamentar, o aparato do PO havia escrito o contrário: ele acusava a Tendência de "deliberadamente (sic) confundir a crise mundial e a falência capitalista (...) com o surgimento de situações revolucionárias". Isso de "deliberadamente" é antológico - fomos acusados de uma conspiração, que só pode ser entendida como prejudicial à prática parlamentar. Agora a convocação aponta que esta "ascensão" vem ocorrendo "desde 2018", quando todo o FIT coincidiu no oposto - no aplanamento (das lutas).

Os convocadores da Conferência não entendem que o obstáculo à unidade revolucionária da esquerda não vem das divergências que afirmam ter entre si, mas das contradições de suas próprias caracterizações e das mudanças políticas que essas contradições provocam. Há dois anos, os que falam agora de "ascensão" denunciaram nossa posição de que a crise mundial colocava que a iniciativa estratégica, "pelo menos potencialmente", havia passado para as mãos da esquerda revolucionária. Ainda mais: se continuarmos lendo o texto de convocação, na América Latina "o novo cenário" teria suas raízes na "queda dos preços das matérias primas" - a partir de 2014/2015. Isto parece um relatório capitalista, porque é o que qualquer "desenvolvimentista", defensor do "mercado interno" e da "substituição de importações" diria. A "crise mundial" e a "falência capitalista" é apresentada em termos do PIB e dos saldos financeiros, e não em termos de um impasse mortífero do capital. A falência de 2007/2008 superou-se a si mesma.

A "onda ascendente" não é suficiente para caracterizar a situação histórica. O chamado não estabelece um fio entre a crise mundial e uma era de revoluções, atravessada por uma transição histórica marcada por crises políticas e pela desintegração dos blocos burgueses. A crise de direção do proletariado consiste precisamente na falta de compreensão da situação histórica atual. Esta incompreensão explica "os partidos amplos" e a subordinação da independência de classe ao parlamentarismo.

Quando a esquerda busca o apoio da vanguarda operária para seus projetos parlamentares, em vez de usar a tribuna parlamentar para "politizar" essa vanguarda, ela subordina a vanguarda ao Estado burguês. Explica também a dissolução da política socialista em políticas de identidade - feminismo anticapitalista, estudantilismo anticapitalista, ambientalismo anticapitalista, etc. Diante do impasse mortal do capital, é necessário unir as demandas e lutas das mulheres, dos negros e dos povos nativos, em um programa de transição para a revolução proletária mundial. A unidade metodológica da política revolucionária é a expressão da unidade do colapso capitalista,

O texto associa o "agravamento da crise capitalista" com uma declaração surpreendente: "Os recursos para resgatar

o capital estão se esgotando". O capital enfrenta um vácuo, não uma revolução. A menos que a crise capitalista seja descrita em termos contáveis ou administrativos, os únicos "recursos" para resgatar o capital que nós marxistas conhecemos vêm do poder concentrado do Estado, ou seja, da contrarrevolução e do fascismo. A crença de que o último recurso do capital é a ação de um banco central foi o que levou os stalinistas alemães a manterem que a ascensão de Hitler ao governo só poderia ser um episódio efêmero. O capital é uma relação social, não uma conta bancária a ser regularmente preenchida pelos bancos centrais ou pelo Tesouro.

O documento de convocação, depois de jogar bastante cal na balança correspondente às "rebeliões", joga a mesma dose de areia na balança da burguesia e da direita: "A mesma crise (sic) se manifesta como parte da polarização, já que existem outras saídas pela direita, nacionalista, xenófoba, imperialista". O texto chama então a "enfrentar as tendências à 'bolsonarização' que existem dentro de diferentes estados latino-americanos, e o fortalecimento do aparato repressivo e a criminalização do protesto social que tem sido observado no continente".

O ecletismo do texto reflete a ausência de uma caracterização geral. Uma verdadeira crise global não pode evitar as oscilações para a direita e esquerda do tabuleiro de xadrez político - de fato, essas oscilações são mais abruptas e violentas do que no passado. Diante deste espetáculo, o eclético agarra-se aonde pode. Uma saída contrarrevolucionária do impasse mortal do presente exige, antes de tudo, a imposição de uma derrota estratégica do proletariado. Isso não aconteceu. Essa derrota estratégica requer uma guerra mundial.

A luta contra o capital, no marco da crise histórico-sanitária, é um campo de teste para essa luta contra a guerra imperialista. O desafio político é superior ao ataque colocado pela "criminalização do protesto social", que deve ser combatido como parte de uma luta política como um todo, porque esta criminalização é uma característica inerente da sociedade dividida em classes, e especialmente da democracia - porque o fascismo não judicializa o protesto, ele o coloca diante do pelotão de fuzilamento. Os convocadores, que caracterizaram as quarentenas como a consagração de "estados de exceção", na mesma linha crítica do liberalismo, os Bolsonaros e o Trump, não têm espaço no documento para ligar a pandemia com o impasse mortal do capital. O documento não adverte que um período de desenvolvimentos revolucionários não abole a distinção entre lutas defensivas e ofensivas, mas cria a ponte para passar da primeira para a segunda.

O adiamento da Conferência (pela pandemia) jogou um truque sujo aos convocadores: desde a primeira convocação, em janeiro-março passado, houve uma rebelião popular nos Estados Unidos, que "não só representa um enorme golpe para o governo Trump, mas também coloca as barbas de molho", diz o texto renovado, "de todos os governos latino-americanos que de uma forma ou de outra prestam homenagem ao imperialismo norte-americano". É o que diz agora a "Re-convocação da Conferência FIT-U". O parágrafo, por uma parte, corrige a "direitização" da política latino-americana que advertiu ou previu a edição anterior da convocação, e as inúmeras calúnias contra "o grupo de Altamira". É significativo que não caracterize a extensão da derrota eleitoral e política de Macri, nem seu fracasso.

Por outro lado, coloca os Bolsonaros e os Fernandez no mesmo saco, sem perceber que os confrontos entre eles são a expressão do colapso da política de demagogia fascista que Trump promoveu em todo o mundo. A vitória eleitoral dos Fernandez é uma reação popular ao Trumpismo-Macrisismo - quando os Fernandez não podem ser uma saída para qualquer crise, mas um recurso transitório para adiar seus resultados operários e socialistas. O Chile está retomando sua revolução no auge da pandemia. A "bolsonarização" da qual os convocadores falaram foi despedaçada. A premissa da convocatória escrita há dois meses expirou.

No caso do aparelho do PO (Partido Obrero), estas mudanças da direita para a esquerda confirmam o enorme sucesso dos textos e debates das conferências internacionais promovidas pelo PO até 2018. Nesses textos, fomos responsáveis por destacar os limites e as contradições dos regimes autoritários ou bonapartistas, que são muito superiores às vulgaridades propagadas pelos agouzeiros, agora em retrocesso, da fascistização.

O centro dessas contradições está no próprio regime político americano, contradições que a pandemia exacerbou de forma explosiva. Um cenário ligado ao esgotamento da restauração capitalista na China e na Rússia, como terreno de uma enorme acumulação capitalista nas últimas três décadas. Na forma de uma rebelião contra o racismo e a brutalidade policial, a revolta popular irrompeu nos Estados Unidos, o centro do capital mundial. Por sua vez, a direita europeia se encontra em um refluxo, que é naturalmente temporário, mas que ocorre em meio a uma pandemia que os convocadores apontaram como propícia ao chamado "proto-fascismo". O documento comum apaga as contradições da direita, que por um lado não tem saída para a crise e, por outro, levanta os temores da burguesia de ela provocar, como é de fato o caso nos Estados Unidos e no Brasil, enormes rebeliões populares. O aparelho transformou o PO em uma bagunça política.

Para crédito do derrotismo político, o texto da FIT-U contabiliza outra pérola: o "novo cenário mundial" está cheio de convulsões, sim... mas não originadas na classe trabalhadora. O documento atribui um caráter excepcional à rebelião contra as aposentadorias na França, já que "lá a classe trabalhadora mostrou mais claramente seu potencial de luta estratégica". Por outro lado, lamenta, em outros países o movimento tem suas "fraquezas e limites", já que "a classe trabalhadora parece intervir cada vez mais fortemente, mas devido ao papel prejudicial das lideranças burocráticas, não o faz de forma organizada como ator central, mas como parte do movimento popular".

Os escritores deste absurdo provavelmente nunca leram o que escreveram. A "limitação" das ações dos trabalhadores seria que elas não são desenvolvidas através de organizações estabelecidas - que na verdade as bloqueiam. Não ocorreu aos autores se perguntarem qual política permitiria à classe trabalhadora, no contexto das revoltas populares em que ela está envolvida, tornar-se liderança política. Isto é o que esta conferência latino-americana nem sequer aborda.

Não é por acaso que o texto ignora a exigência de uma Assembleia Constituinte, e alenta a política eleitoral e parlamentar. A única coisa que a FIT-U não faz é propaganda revolucionária na mídia e agitação socialista no parlamento. Não discute métodos e políticas no parlamento, depois de ter contribuído com o quorum e o voto para projetos capitalistas, sem falar da crise

desencadeada pelo voto da FIT-U a favor do crime de opinião e do sionismo!

A questão parlamentar é crucial, pois desempenha um papel fundamental no Brasil, onde o Psol transformou sua ação no Congresso em uma plataforma da Frente Popular. Se a crise do PT se aprofundar e levar à sua desintegração, a liderança pró-burguesa do Psol, onde milita parte do FIT-U, será um eixo de contenção contrarrevolucionária dos explorados. O texto só menciona a Constituinte quando "conta" a revolução chilena, que ela caracteriza como "surpreendente (sic) revolta popular". Naturalmente, a menção da Constituinte é obrigatória porque é o slogan das massas transandinas. O "rabo" abanando o cão, porque é mais ousado e mais combativo.

Não surpreende que, no final desta turnê, o texto deriva na proclamação exclusiva da Frente de Esquerda argentina como "alternativa" que os autores "oferecem" a todas as massas latino-americanas. A FIT-U também seria um caso de "exceção". A "independência de classe" que é reivindicada para a FIT-U seria, de acordo com os convocadores, um caso único. Mas existe uma organização sem um programa ou estratégia, que confessa ao mesmo tempo que tem "o desafio" de superar nada menos do que esta limitação? Uma reunião de esquerdistas não é suficiente para criar independência de classe.

Os convocadores não fazem nenhum esforço para discutir uma caracterização da situação histórica mundial, ou seja, a época, a etapa política e as tarefas, a partir de suas próprias posições. Oferecer às massas um programa, não um aparelho esquerdista. O objetivo da conferência é discutir "como lutar pela independência política dos trabalhadores e postular a esquerda socialista". Esta é uma frase indelével, claramente de natureza eleitoral.

Os convocadores "defendem" a "independência política", mas não traçam um caminho para separar a classe trabalhadora das classes exploradoras, ou seja, uma agenda e um programa de reivindicações sociais e políticas. Um debate com vistas à construção da direção revolucionária da classe trabalhadora. Nem mesmo deram centralidade à luta pelos governos dos trabalhadores e pela unidade socialista da América Latina. A proposta de "postular a esquerda socialista" é a extensão eleitoral - continental - de uma frente eleitoral na Argentina. Não é uma política para "unir a esquerda revolucionária ao movimento dos trabalhadores".

O texto percorre as experiências nacionalistas continentais, com uma conclusão que poderia ser resumida da seguinte forma: repudiamos os golpes ou tentativas de golpe do imperialismo, "o que não implica abandonar" nossas críticas aos Maduros ou a Evo Morales. Não foi isso que fizeram na Bolívia no último golpe de Estado. O texto sublinha a "oposição total ao golpe e ao governo golpista na Bolívia", após os acontecimentos; durante seu desenvolvimento alguns falaram de "motins policiais", outros atacaram o MAS. Uma semana antes do golpe, o PO oficial caracterizou a escalada do golpe como "um aperto de Trump para distanciar Evo de Maduro" (sic). O PTS, por sua vez, o caracterizou como uma "revolta". Em suas críticas a Evo Morales, os organizadores enfatizam seu caráter "personalista e discricionário".

Em um texto recente do PO oficial, que concentra seus dardos no diálogo entre Alberto Fernández e Lula, é apontado que "o colapso das 'correntes nacionais e populares' que estão para 'conter', e a crescente iniciativa



popular de natureza internacional, são um mandato para proceder a um agrupamento de frente única para uma intervenção política independente dos trabalhadores". Esta é uma saudação ao golpe de Estado na Bolívia e no Brasil. Seus resultados foram Añez e Bolsonaro.

O Psol, onde está parte do FIT-U e onde o PTS pretende (ou pretendia) juntar-se, trabalha para uma Frente Ampla com "os nacionais e populares" do Brasil. Ou seja, estamos diante de pura verborreia para organizar uma mesa

redonda. A conferência latino-americana realizada pelo PO em novembro de 2018 culminou com a aprovação de um chamado intitulado: "Por uma frente unida dos trabalhadores da América Latina para derrotar o fascismo e os governos responsáveis pelo ajuste". A conferência da FIT-U chama a uma "Frente Única" dos mesmos convocadores. Na luta, iniciemos um debate sobre a época, o cenário e as tarefas.

***Mesa Nacional do Partido Obrero (Tendência)***

## **POR QUE NÃO PARTICIPAMOS DA CONFERÊNCIA CONVOCADA PELA FIT-U?**



Em 30 de julho, começará uma conferência virtual da América Latina e dos EUA, convocada pelos partidos da FIT-U (Frente de Esquerda e dos Trabalhadores) e organizações com eles relacionadas do continente americano. Terá três painéis ("Crise mundial e rebelião no império", "O movimento operário latino-americano diante da crise capitalista e da pandemia" e "A situação latino-americana") e um encerramento da conferência. O evento, promovido como "aberto" ao debate, devido ao seu formato, tem pouco desse conteúdo. Sob esse verdadeiro caráter, o convite recebido pela LIT-QI não contemplava a possibilidade de termos espaço para apresentar nossas diferenças e acordos participando do debate.

A pandemia frustrou a iniciativa de uma conferência em Buenos Aires, em 1º de maio, para tratar da situação latino-americana através do documento "Chamado para uma conferência latino-americana: Um novo cenário na América Latina e a necessidade da saída socialista e revolucionária". A Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional havia sido convidada a participar quando os companheiros da Izquierda Socialista informaram verbalmente nossos camaradas do PSTU argentino, mas essa conferência foi suspensa. Agora é retomada virtualmente. Alguns dias atrás, recebemos um novo convite. A partir da direção da LIT-QI, respondemos com uma nota, expressando nosso interesse em participar dos debates, propondo uma conversa para fazer algumas propostas e ver a forma de participação.

Propusemos um critério onde a LIT tivesse uma participação com espaço semelhante às quatro organizações que convocavam. Mesmo como convidada, que a LIT tivesse uma participação igualitária às quatro organizações, levando em consideração o desenvolvimento e a tradição de nossa corrente internacional. Ao mesmo tempo, sob o critério de discutir fraternalmente as diferenças para avançar, propusemos a possibilidade de acrescentar um quarto

painel: "Os revolucionários e sua atuação no Parlamento e a democracia burguesa".

Tivemos três reuniões e nossas propostas foram rejeitadas. A oferta foi uma participação de 5 minutos em dois dos painéis e duas participações de 4 minutos no dia final. Para se ter uma ideia, toda organização convidada, inclusive nacional, terá um tempo igual, 5 minutos no painel e outros 4 minutos na plenária, um tempo suficiente apenas para uma saudação, mas que não permite nenhuma abordagem política séria. Em outras palavras, a LIT-QI, organização internacional que na América Latina está presente em mais de uma dúzia de países, também nos Estados Unidos, sendo em vários a principal ou uma das principais correntes trotskistas, teria, segundo os organizadores, quase o mesmo tempo que um pequeno grupo convidado de algum país. Uma proposta claramente absurda. Solicitamos, para um mínimo de seriedade, que apresentassem sua proposta por escrito, mas não aceitaram. E nem falar do painel que solicitamos.

Nesse contexto, recusamos o convite. Consideramos que uma participação tão limitada impede qualquer debate sério. E que, na verdade, não tinha interesse dos convocantes em tornar nossa organização parte das discussões e os resultados da Conferência. Uma das razões que nos deram sobre o funcionamento da conferência é que eles tinham um documento de acordo, e nós não. E que, por isso, os únicos oradores nos painéis tinham que ser os convocantes. De fato, temos diferenças importantes com esse documento. Nossa participação tinha exatamente o objetivo de iniciar um debate fraterno sobre elas, como deve ser entre organizações que reivindicam o socialismo revolucionário.

Nossa ideia de um painel sobre a atuação dos revolucionários no Parlamento se baseia justamente no fato de que a principal proposta contida em sua convocatória inicial é a de colocar em prática em todos os países experiências como a FIT-U argentino, além da

reivindicação do desempenho parlamentar de seus deputados (proposta e reivindicação com a quais não concordamos).

É evidente que não é exatamente uma “Conferência Aberta”, mas sim um evento que parte de um acordo prévio fechado, e onde a possibilidade de debate está muito limitada antecipadamente, apenas aos organizadores, e não existe diretamente para o resto. Em outras palavras, é uma conferência cujo objetivo é consagrar o que foi previamente acordado.

Nosso conceito de discussão aberta é outro. Portanto, fomos obrigados a não aceitar o convite, mantendo nossa predisposição para desenvolver as atividades de unidade de ação que possam advir do evento e esperando que, no futuro, tenhamos a possibilidade de desenvolver esses e outros debates que a realidade mundial e vigência do programa revolucionário colocam na ordem do dia.

*Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI)*

## **PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO PSOL**

A pobreza dos debates estratégicos, programáticos, teóricos, dentro da esquerda no Brasil, é particularmente impressionante devido ao acúmulo de contradições políticas nos últimos anos. Essa falta de debates dentro da esquerda mostra como os grupos que se reivindicam revolucionários não só se veem confortáveis em sua marginalidade e sua capacidade de influenciar a conjuntura política nacional, como buscam reforçar essa posição. Suas “direções” adaptadas aos confortáveis espaços de seitas que constroem de forma burocrática e os pequenos privilégios que vem dessa posição reforçam e reproduzem essa sua condição de marginalidade. Pois não parece haver outra explicação para a pobreza dos debates dentro da esquerda que se pretende e se reivindica revolucionária; os debates teóricos, estratégicos, programáticos não são adornos supérfluos em relação a atuação “prática” de uma organização que se reivindica classista e combativa, mas parte central de sua atuação e construção, parte de sua tentativa de influenciar outros grupos e militantes independentes para sua estratégia e programa.

Mesmo quando os debates entre os grupos acontecem podemos perceber como eles são corriqueiros e rotineiros, e não apaixonados e profundos, como pede a realidade dinâmica e caótica que vivemos no país atualmente; para nos prepararmos para o próximo período da luta de classes, que tende a ser ainda mais profundo e agudo no pós-pandemia, precisamos de armas teóricas, estratégicas, organizativas, capazes de refletir nossas necessidades de luta; e isso é tudo que essa esquerda “revolucionária” não busca construir. Podemos perceber isso no recente debate que se desenvolveu entre o PCO e Valério Arcary, dirigente do grupo “Resistência”. Poderíamos, talvez, saldar os debatedores por pelo menos promoverem um debate, frente ao marasmo que é a esquerda brasileira atualmente, mas o debate é tão morno, superficial, moralista, que seria um erro fazê-lo. Duas das organizações mais tradicionais da esquerda que se reivindicam classista, organizações que existem a décadas já no país (pois apesar de o ‘resistência’ de Arcary ser um grupo novo carrega parte da tradição da Convergência Socialista) promoverem um debate tão mesquinho mostra, pra nós trabalhadores, como partimos praticamente de uma “terra arrasada” no país para nossas necessidades organizativas de luta para o próximo período e como essa organização vai ter que começar praticamente do zero (buscando resgatar fios de continuidade com a tradição de luta dos

trabalhadores no país e no mundo através dos necessários debates teóricos e estratégicos).

O debate entre os grupos se desenvolve em torno de uma questão que deveria ser essencial e que deveria gerar polêmicas agudas na esquerda: qual a caracterização política e social do Psol? É esse partido hoje um instrumento de luta dos trabalhadores e dos setores subalternos da sociedade ou parte das ferramentas instituídas pela burguesia, dentro de sua estratégia de construção de hegemonia social, para desviar e absorver para dentro dos organismos “democráticos” de seu estado integral as lutas e a revolta dos oprimidos? Debate que deveria se dar com base em argumentos teóricos e estratégicos, ele se desenvolve, entre ambos os contendores, num nível de defesas e ataques moralistas em relação ao Psol e suas principais figuras, demonstrando uma vacuidade de idéias que até assusta. Tentemos esclarecer as questões.

O debate teve início com a publicação, no final do mês passado, de artigo na página digital do PCO intitulado: ‘O que a direita quer com Boulos?’. O PCO critica a candidatura de Boulos à prefeitura de São Paulo com o argumento de que ela não incomoda à direita e não é um instrumento de organização da luta; até aí poderia ser um debate que apontasse para uma perspectiva correta, mas na continuação de seu artigo o PCO mostra o papel de corrente satélite do PT que tem assumido, tentando defender que a candidatura de Boulos faz parte de uma estratégia burguesa de enfraquecer o “partido dos trabalhadores”, deixando implícito que esse partido, que já mais que mostrou, muitas vezes, seu papel traidor e de freio para as lutas, seria ainda uma alternativa organizativa para os trabalhadores e demais setores subalternos da sociedade. A resposta de Arcary ao artigo do PCO em nada coloca o debate num nível mais elevado de discussões estratégicas e programáticas; a crítica do dirigente de “Resistência” (corrente interna do Psol) se reduz a fazer uma defesa moralista dos personagens Boulos e Erundina, argumentando que seria absurdo falar que militantes “dignos e abnegados” como eles são instrumentos da burguesia, que isso é parte das formas “caluniosas e mentirosas” através das quais o PCO faz os debates. Que pessoas com militâncias tradicionais, de décadas, produzam debate tão rasteiro mostra a que nível chegou nossa esquerda “revolucionária”.

Caracterizar o Psol como um instrumento da burguesia, contudo, nada tem a ver com um debate moral, mas

com um debate estratégico e teórico. A defesa moralista, o debate moralizante, que faz Arcary do caráter legítimo do Psol como suposto instrumento de luta das classes e setores subalternos no Brasil, fala bastante mal do dirigente. É por demais evidente, para qualquer um que tenha mesmo uma superficial experiência com as tradições de disputas estratégicas e teóricas dentro da esquerda que se reivindica revolucionária, que as caracterizações, mesmo duras, nada tem de morais, mas são debates políticos (legítimos, por mais que possam estar errados).



Caracterizar o Psol como um instrumento da burguesia para absorver e desviar as lutas e mobilizações autônomas das classes e setores subalternos para dentro das instituições da “democracia” dos ricos nada tem a ver com um ataque moral, à sinceridade e abnegação, de sua direção, por exemplo. Mesmo que se admitisse, como hipótese, que a direção do Psol é sincera na luta pelo socialismo (algo que de forma alguma afirmamos aqui, tratando apenas como hipótese argumentativa) ainda sim poderia ser possível afirmar que na prática, apesar de sua suposta sinceridade, ela se constrói como instrumento da dominação burguesa, na medida que a estratégia e programa do Psol, baseados num ecletismo teórico, não visam uma ruptura radical com o sistema hegemônico de institucionalização da dominação burguesa no Brasil, mas buscam a ocupação, parcial, de espaços dentro dessa institucionalidade.

Arcary mostra os limites de sua argumentação teórica ao não compreender que as formas como se constrói a ditadura de classe da burguesia dentro de sua configuração “democrática”, no “Estado integral” capitalista (conceito formulado pelo revolucionário italiano Antônio Gramsci) não se efetivam através de um embate permanente e constante com os organismos que surgem de forma independente dentro da sociedade civil (como partidos, sindicatos, etc), mas ao contrário, na busca de absorver esses organismos, que surgem de forma autônoma em relação aos organismos institucionais capitalistas, para dentro de suas formas hegemônicas de dominação. As formas mais sofisticadas de construção da dominação burguesa dentro de suas formas “democráticas” se dão exatamente porque os capitalistas conseguem absorver para dentro de suas instituições organismos que surjam de forma independente e autônoma no interior da sociedade civil, desde que esses organismos não proponham rupturas radicais com essas formas institucionais hegemônicas, buscando apenas reformas

e transformações parciais, ainda dentro de sua mesma lógica de reprodução.

O Psol, assim, se torna instrumento chave da dominação burguesa no país para o próximo período não porque moralmente sua direção não seja sincera e abnegada (questão que de forma alguma estamos discutindo aqui) mas porque ao partido não buscar construir dentro dos setores da juventude pequeno burguesa que influencia uma perspectiva de cisão e ruptura com as instituições “democráticas” que representam os interesses burgueses no Brasil, ao construir conscientemente a ilusão de que por meio do voto, da institucionalidade “democrática”, e não da luta, é possível “combater o fascismo”, desvia e absorve toda a energia explosiva acumulada nesse setor social para dentro das instituições e organismos hegemônicos da dominação capitalista, sendo parte integrante, assim, dessa hegemonia.

Se soma a isso o fato de que o Psol, nos seus quase 20 anos de existência, nunca buscou efetivamente se estruturar dentro da classe operária brasileira, se adaptando a ser um partido que é referência abstrata e imagética para uma juventude pequeno-burguesa progressista. Com o acúmulo de traições do PT ao proletariado brasileiro e a descrença crescente dos trabalhadores nesse partido, ao Psol se negar sequer a tentativa de organizar a classe trabalhadora no Brasil e utilizar suas posições, parciais, de influência entre a juventude para buscar ligar esse setor ao proletariado, o partido do “socialismo e liberdade” ajuda a reproduzir a efetiva “orfandade organizativa” em que se encontram os trabalhadores hoje no país e que foi um “prato cheio” para o avanço da direita no cenário político (na medida em que na política não existe vácuo).

Uma demonstração dessa estratégia de conciliação da direção do Psol com as instituições da “democracia” burguesa no Brasil se mostra na forma como o partido utiliza o espaço eleitoral. Para demonstrarmos essa atuação adaptada do Psol no processo eleitoral não precisamos especular sobre como será a campanha de Boulos para a prefeitura de SP, por exemplo; basta que relembremos a sua atuação na campanha presidencial de 2018 que teremos um panorama claro e uma projeção segura de como será sua atuação agora.

Na campanha presidencial de 2018, que se deu no contexto da luta contra a reforma da previdência, a campanha de Boulos em nada serviu como um instrumento para o impulsionar essa luta cuja vitória – totalmente possível, dadas as grandes demonstrações de força, com fortes paralisações nacionais, protagonizadas pela classe operária no período anterior – seria um fator fundamental para a moralização da classe trabalhadora como sujeito social capaz de apresentar uma alternativa à crise política. A campanha, que deveria servir para mostrar que não era por meio do processo eleitoral, mas por meio da organização e da luta, que os trabalhadores poderiam barrar esse ataque, praticamente não tratou da necessidade de organização e luta dos trabalhadores.

Ao invés disso Boulos preferiu defender que os bancos deveriam ter “taxas de juros civilizadas”<sup>3</sup>, que ao invés da luta o combate aos privilégios no judiciário de dariam



por meio de canetadas, que o socialismo, ao invés de uma ruptura radical com o capitalismo, representava a igualdade de oportunidades, ainda dentro do sistema. Esse histórico – e sua aliança estrutural com uma política que se tornou quadro da burguesia na cidade de SP como Luiza Erundina, que já disputou eleição municipal inclusive tendo Michel Temer como vice – nos permite ter uma projeção segura do que será a presente campanha eleitoral do candidato do Psol. Uma diluída e adaptada propaganda de uma “revolução solidária” (visando a perspectiva utópica da humanização do capitalismo), um suposto combate eleitoral ao “fascismo” (que na verdade desarma os trabalhadores e demais setores subalternos na luta contra o avanço da extrema-direita bolsonarista, pois constrói a ilusão de

que é possível por meio das instituições que projetaram e reforçaram o fenômeno bolsonarista lutar contra ele) ao invés de buscar radicalizar e canalizar a desconfiança cada vez maior e mais massiva com essas instituições para uma perspectiva de ruptura com o sistema.

Em suma, na prática, e não por uma questão moral, o Psol cada vez mais e de forma mais profunda se torna um instrumento de legitimação do sistema e conciliação da rebeldia com as instituições da “democracia” dos ricos. Termos claro isso é fundamental para que possamos construir uma perspectiva de cisão e ruptura radical com o capitalismo.

**Santiago Marimbondo**

## **BOLÍVIA: O ESGOTAMENTO DO GOVERNO AÑEZ**



(Artigo redigido pouco antes da greve geral e do bloqueio de estradas na Bolívia) A instabilidade da situação política boliviana, expressa no esgotamento sem mudança de rumo do governo de Jeanine Añez, alterou a política de todos os partidos. A crise política do "governo de transição", expressa em seu próprio gabinete, tem sido, na realidade, a manifestação da fratura do campo de golpe - incluindo a Igreja que Añez tenta contentar com a autorização da celebração da missa. Os antigos parceiros de rota de Añez não param de pedir sua renúncia como candidata ou, de fato, sua renúncia para liderar a "transição" - algo já esgotado. Todos os meios de comunicação baixaram o polegar para Jeanine Añez.

Até alguns dias atrás, alguns jornais eram incentivados a especular que Añez apresentaria sua carta de demissão - devido à corrupção-respiradores, que impactou toda a sociedade e levou a recusar eleitoralmente a candidatura de Jeanine Añez. Alguns jornais enviam uma linha política a Añez para que aceite o tão requisitado "acordo nacional" - antes que seja "tarde demais". Diante dessa adversidade, Añez respondeu guiada pelo chamado de Trump, com uma reviravolta desesperada ao convocar seus leais gorilas uniformizados a uma espécie de intervenção do Senado com a desculpa de promoções militares - uma ação que terminou em uma rejeição retumbante, mesmo por seus companheiros de rota. O "ultimato" militar evaporou-se sem a capacidade de alcançar seu objetivo de impor um rearranjo na casta militar - colocando os militares mais leais ao regime nas principais posições das Forças

Armadas. O governo de Añez ficou "abandonado" e sem recursos políticos, nem mesmo para alterar a taxa de câmbio da moeda nacional, conforme exigido pelo FMI e pela classe capitalista.

Nesse quadro político, a burguesia empresarial antecipou sua virada: exigiu uma saída da crise, não apenas na saúde, mas também na recessão econômica em andamento, propondo um "Encontro". A demanda que voltou a processar, desta vez na versão de uma "Cúpula Nacional". Perspectiva à que Añez e sua camarilha do golpe se opuseram fortemente, porque isso significaria seu deslocamento imediato de poder - ou pelo menos os levaria a capitular ao MAS, o que daria a este uma plataforma. No entanto, Carlos Mesa aceitou o desafio pedindo um "pacto social" - embora afirmando sugestivamente que em quarentena ele se preocupava com os vídeos do Outubro Negro de 2003; Por sua parte, Eva Copa, do parlamento, lançou o "Encontro" - algo que ninguém levou em consideração porque ainda apostava em Añez. Conseqüentemente, o primeiro passo nessa direção foi a aliança MAS-Mesa-TSE para abrir caminho para possíveis eleições presidenciais - a serem realizadas em 6 de setembro. Todas as fichas se opuseram ao esperado.

A instável situação política nacional também foi transferida para o partido de Evo Morales. Em uma reviravolta inesperada, quem foi seu vice-presidente Gerardo García, agora, por uma resolução interna unânime, tornou-se o presidente "interino" do MAS - por "ausência temporária" de Morales. Na realidade,

Morales foi banido por um golpe de estado. Isso dá a Garcia todos os poderes para gerenciar o jogo como achar melhor ou para fazer todas as alterações de delegados diante do TSE. Está aberta a possibilidade de mudar os candidatos ao parlamento impostos por Evo Morales e sua camarilha. O que pode reorganizar as frações internas do MAS e até seus confrontos. Mesmo assim, García não é Morales, politicamente falando, diante de uma eventualidade que rompe definitivamente o partido.

Uma rápida olhada pode mostrar que este é apenas um problema interno do MAS, o que não é pouca coisa, mas é o oposto. A queda de Evo Morales como presidente do MAS responde ao acordo com Mesa, com toda a burguesia e setores do imperialismo - que continuam "agachados", mas no escuro já planejam uma saída para seu próprio benefício e interesse. As classes dominantes não apenas baixaram o polegar de Jeanine Añez, mas também demonstram que Evo Morales não tem a confiança política dos capitalistas para realizar o que Añez tinha como tarefa: "a transição ordenada". A classe capitalista pretende que ninguém tenha a possibilidade de pilotar uma crise política de enorme magnitude em direção à "governabilidade pacífica e estável". Nada disso será possível em uma das maiores depressões econômicas da história, exceto em um país que está atrasado na medula. A burguesia considera que mesmo o retorno de Morales ao país é um recurso apressado, que só colaboraria para aquecer as águas.



Com esses movimentos simbólicos, eles acreditam que a "transição" poderia ser pilotada pelos discípulos em decomposição de Morales com a ajuda de Carlos Mesa, acrescentando algum setor da oposição "rebelde" e pragmática. Portanto, eles exigem um "pacto social" com todas as "forças políticas", não porque tenham força ou expressão real na população, mas para dar um verniz de "legitimidade e autoridade política" e conectar trabalhadores e povos indígenas a essa "saída" como "único caminho", que consiste em transferir a recessão econômica para os bolsos de todos os trabalhadores. No entanto, atualmente não há partido político que possa estabelecer um "governo de contenção", mesmo em uma coalizão política. No futuro, apenas grandes confrontos sociais são esperados. Eva Copa foi sistematicamente atacada nas redes pelo partido no poder através de seus "guerreiros digitais", ou por notas nos jornais. É que a possível renúncia de Añez, aparentemente, permitiria à Copa tomar o lugar da presidente do fato.

Aqueles que confiam no "mal menor", ou seja, que convocam o voto ao MAS, não fazem nada além de se

submeter à direção do MAS, que não dá nenhum passo independente ou segue as resoluções de suas próprias bases. A bússola da camarilha do MAS é o que a burguesia empresarial, o proprietário de terras e o imperialismo impõem; ou o que eles negociam, a portas fechadas, com as forças direitistas e racistas. A liderança do MAS tornou-se uma camarilha corrupta. O "argumento" de apoiar o MAS a "defender o pouco que foi alcançado em 14 anos" é um método criminal que visa apenas sujeitar os agricultores indígenas e os camponeses a um sistema capitalista em decomposição; pior ainda com a pandemia em uma situação de pico de contágio. Em outras palavras, defender esse "pouco" não faz parte da agenda da "elite" do MAS. Quem vê algo "étnico" e "defesa de raça" na camarilha do MAS está bêbado. O MAS de 2005 não existe, nem mesmo em seus postulados "indigenistas".

Hoje a camarilha do MAS tem seu melhor aliado em Carlos Mesa, que participou da trama do golpe contra Morales. Imagine-se até que ponto essa camarilha "indigenista" capitulou. Se o MAS não usou o parlamento como centro de agitação para reformas em meio à crise econômico-sanitária, não o fez por falta de condições. Em vez disso, com essa passividade, enviou uma mensagem às potências imperialistas e aos capitalistas do país, dizendo que essa camarilha não viabilizará "ações radicais", mesmo opondo-se a suas bases sociais. Nem está buscando justiça para as 36 pessoas mortas sob o regime de Añez. Talvez estejamos enfrentando o colapso futuro do MAS em várias frações, como aconteceu com o MNR na sua época.

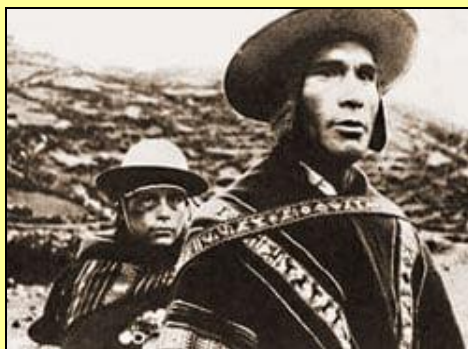
Sob essas condições, um cenário possível é Añez negociar sua "saída ordenada", em troca de não ser processada por casos de nepotismo, corrupção e, especialmente, pelos massacres de Sacaba e Senkata. E que esse endosso é obtido até da "elite" capitalista que atualmente dirige o MAS; tudo com o objetivo de que os discípulos de Morales assumam o próximo poder político - algo de que Añez seria obrigada a desistir. Estamos diante de uma situação de enorme crise política.

Não nos enganamos ao afirmar que o golpe de estado abriu um estágio de crise política recorrente no país. Precisamente porque varreu o bonapartismo indígena no Estado, agora alimentado por uma recessão econômica. O que contribui para isso é que a pessoa encarregada da "transição" ficou esgotada e sem autoridade política. Uma experiência que não durou nem um semestre. Os peões menores do MAS tentarão assumir o posto da "transição ordenada" em meio a uma recessão econômica que assola todo o mundo capitalista, que já expõe um futuro político incerto para as massas trabalhadoras e indígenas. a classe média e a juventude, para camponeses e trabalhadores. *Socialismo Revolucionário* insiste em que é necessário evidenciar e elucidar essas contradições para a população trabalhadora, a fim de abrir a perspectiva de uma solução operária e socialista na Bolívia, conectando-a à situação política internacional.

**Daniel Pérez (Socialismo Revolucionário)**



## YAWAR MALLKU E A CENSURA ETNOCIDA



O tema abordado pelo filme, 51 anos depois, ainda está latente na Bolívia. Em 17 de julho de 1969, ele teve que ser lançado no cinema em 16 de julho. No entanto, o governo censurou. O cineasta Oscar Soria, nesse quadro, o caracterizou como um exemplo do "novo cinema latino-americano". E Jorge Sanjinés o definiu como o primeiro filme "anti-imperialista". *Yawar Mallku* (Sangue do Condor) está listado como um dos 100 melhores filmes do mundo. Sua estréia, 51 anos atrás, foi um sucesso. Seu conteúdo forte gerou polêmica. Com imagens sugestivas em preto e branco, ele denunciou os médicos americanos que esterilizaram as mulheres indígenas sem o seu consentimento. No final, o filme conseguiu impedir o etnocídio, um crime encoberto pelas elites bolivianas. A obra, dirigida pelo cineasta boliviano Jorge Sanjinés, recebeu vários prêmios: recebeu o "Golden Helm" no festival de Veneza, Itália, em 1969; ganhou o prêmio francês "Georges Sadoul" de melhor produção estrangeira (1969); Em 1970, ganhou o primeiro prêmio, o *Golden Spike*, no Festival de Valladolid, na Espanha, entre outros. Depois de ser censurado, *Yawar Mallku* só estreou na Bolívia em 18 de julho de 1969.

Foi filmado na província de Camacho, La Paz. O roteiro foi preparado por Oscar Soria; a fotografia ficou a cargo de Antonio Eguino, e a música foi composta por Alfredo Domínguez e Alberto Villalpando. Os principais intérpretes foram Marcelino Yanahuaya, Benedicta Huanca e Vicente Salinas. Mario Arrieta, Danielle Cailler, Humberto Vera, Carlos Cervantes, Julio Quispe, Atanasio Quispe, Francisco Condori, Marcelino Baptista, Javier Fernández, Felipe Vargas, Juan Quispe, Ambrosio Quispe, Apolinar Quispe, Adela Peñaranda, René Córdova, Marcelino Maldonado, Gladys Rada, Antonio Eguino, Ilde Artés, José Arce e Luis Ergueta desenvolveram os papéis secundários. As filmagens coletivas tiveram a "colaboração financeira e operacional" da Confederação Médica Boliviana, das Universidades Técnicas de Oruro e do Prefeito de San Andrés, e dos críticos de cinema Renzo Cotta e Amalia de Gallardo (fundadores da Cinemateca Boliviana).

Em homenagem a La Paz, a estréia da gala deveria ter sido realizada no Cinema em 16 de julho, em 17 de julho de 1969, às 21h30. O presidente Luis Adolfo Siles Salinas, autoridades governamentais e diplomatas foram os principais convidados. Cerca de 500 pessoas participaram do evento. Depois de ser censurado, o público bloqueou El Prado e iniciou uma manifestação dispersa por gás lacrimogêneo e um carro Netuno. Mais tarde, as pessoas pintaram o nome do filme no centro da cidade. No dia seguinte, o prefeito Armando Escóbar esclareceu que "por ser subversivo (...), ordenou a suspensão da exposição".

O fato exacerbou os ânimos da imprensa e de seus leitores. Jornalistas exigiram a exibição privada do filme para verificar sua natureza "sediciosa". Após a estréia, *Presencia*, em 19 de julho, comentou que "Yawar Mallku é considerado explosivo. Tão explosivo quanto a miséria, a

fome, a submissão, a condição em que os mineiros vivem, o beco sem saída do nosso sistema hospitalar que deixa o protagonista morrer sem remédio». Depois de enfatizar que os participantes aplaudiram o trabalho por cinco minutos e em pé, *Hoy* afirmou que a fita "revela verdades": tem o mérito de fazer as pessoas entenderem que "progresso" não significa arranha-céus e conferências científicas, enquanto três quartos das pessoas não têm de atendimento médico. "Serve também para descobrir os métodos de penetração estrangeira, destinados a resolver esses problemas, através do controle de natalidade".

"Quando Lyndon Johnson disse que é melhor gastar cinco dólares em controle de natalidade do que cem dólares em programas de desenvolvimento, ou quando Robert McNamara insiste que o Banco Mundial deve restringir seus créditos para concedê-lo a países que praticam controle de natalidade, ele está prescrevendo de fora e falsamente. É muito fácil exigir que os mais se privem de ter filhos, para que os menos possam continuar a ter em abundância o que é negado a essas maiorias", confirmou *Presencia*. O jornal ressaltou que o controle da natalidade não era necessário, mas o estabelecimento de estruturas justas e tratamento igual nos preços das matérias-primas e manufaturas: "*Yawar Mallku* coloca o problema com realismo e mostra a rejeição que a política da América Latina causa manipulando-nos sexualmente como animais (...) Logo após foi demonstrado, com documentos já publicados, que o Corpo de Paz estava camuflado, esterilizando empresas camponesas e mineradoras no país. Isso mostra com grande qualidade até que ponto não estamos dispostos a continuar sendo tratados como ratos". Em 25 de julho, *Hoy* refletiu: Bolívia é um país de "realidades violentas que já atingiram nossos olhos e gargantas". E o cinema que o trata deve ser o mesmo, "um cinema no qual as imagens queimam e no qual não se pode dar ao luxo de ser um diletante".

Alguns anos depois, o protagonista Yanahuaya denunciou que os membros da comunidade "sofreram acusações de comunismo por autoridades locais e culpavam os cineastas por explorá-los e por causar perda de cultivos e reputação". Oscar Soria confirmou que *Yawar Mallku* fazia parte do novo cinema latino-americano, de "conscientização e combate": é um filme que "muda e luta para mudar a realidade do continente". Depois de mencionar que, em 1970, a Federação dos Camponeses de La Paz descreveu o filme como um "símbolo da rebelião indiana", Jorge Sanjinés sustentou que era o primeiro filme anti-imperialista: "Sim, em *Yawar Mallku*, os parentes de Ignacio procuravam desesperadamente sangue humana para salvar vidas, americanos esterilizados trabalharam para semear a morte. Em 1971, o presidente Juan José Torres expulsou o Corpo de Paz norte-americano que patrocinou o etnocídio na Bolívia.

**Miguel Pinto Parabá**



**TRÓTSKI**  
**em permanência**  
 uma homenagem  
 nos 80 anos de sua morte

O acesso à transmissão das mesas será feito via YouTube e Facebook, a partir dos links abaixo:

YouTube: [www.tinyurl.com/eventotrotsky](http://www.tinyurl.com/eventotrotsky)  
 Facebook: [www.tinyurl.com/facetrotsky](http://www.tinyurl.com/facetrotsky)

**PROGRAMAÇÃO**

17/08 - TRÓTSKI, A URSS E O STALINISMO

18/08 - O TROTSKISMO SOBRE O FASCISMO E A QUESTÃO NEGRA

19/08 - HISTÓRIA DO MOVIMENTO TROTSKISTA

**SEMPRE A PARTIR DAS 19H**

## PROGRAMAÇÃO

Segunda-feira, 17/8: **Trótski, a URSS e o stalinismo**: Angela Mendes de Almeida - Valerio Arcary - Eduardo Almeida - Erson Oliveira - Mediação: Antonio Rago Filho

Terça-feira, 18/8: **O trotskismo sobre o fascismo e a questão negra**: Osvaldo Coggiola - Ricardo Castro - Adão Oliveira - Letícia Parks - Mediação: Paula Vaz de Almeida

Quarta-feira, 19/8: **História do movimento trotskista**: Gilson Dantas - Candido Alvarez - Murilo Leal - Dainis Karepovs - Comunicações pré-gravadas de Sándor John (EUA) e Frank Hernandez (Cuba) - Mediador: Marcio Lauria Monteiro

## FORA NETANYAHU!

[Após um mês e meio de manifestações massivas, o movimento contra o governo de Netanyahu está aumentando. Agora está claro para a maioria da população, incluindo aqueles que apoiaram o Likud, que o governo entende que a praga de coronavírus é por conta dos trabalhadores, informais trabalhadores independentes e, entre eles, as populações mais oprimidas: árabes, judeus da periferia e pequenas empresas. Mais e mais cidades estão se manifestando a cada semana contra o governo.

Este governo surgiu há dois meses, mas não resolveu a crise política de Israel, após um ano e meio de retorno das eleições. O novo governo de "unidade" levantou a bandeira da luta contra o coronavírus, mas levou à pior crise de todos os tempos na região, à pior situação para os trabalhadores judeus e árabes e para a população pobre. Vinte por cento dos trabalhadores no estado de Israel estão desempregados. Esses números são muito piores na Cisjordânia e Gaza, a maior parte da população palestina está totalmente faminta: a ocupação e a opressão dos palestinos estão se aprofundando com a crise do coronavírus; metade da população está sem renda!

As manifestações começaram com a reivindicação da prisão de Netanyahu por causa de suborno e outros assuntos, e desenvolveram um movimento profundo que inclui jovens desempregados, trabalhadores independentes e pessoas com pequenas empresas fechadas pela crise. Um jovem movimento de ativistas anti-ocupação e anti-apartheid, que está fortalecendo sua presença no movimento dia após dia. É verdade

que a presença palestina com suas reivindicações está quase ausente, mas o "fantasma" das reivindicações palestinas existe, como a oposição à anexação de territórios, contra o apartheid, e a reivindicação de justiça para Eyad Hallaq, um jovem palestino que sofria de autismo assassinado pela polícia na cidade velha de Jerusalém. As bandeiras vermelhas ainda são uma minoria em comparação com as bandeiras israelense e negra, mas estão subindo em cada manifestação, embora as bandeiras palestinas sejam muito poucas.



O governo israelense e todos os partidos da coalizão e da oposição estão agitando a bandeira da defesa de "todos os cidadãos", mas eles se preocupam apenas com os interesses dos grandes capitalistas israelenses e internacionais. Quando falam sobre os problemas da "economia", estão falando sobre o interesse das grandes empresas. O capitalista Netanyahu, que serve os negócios de Israel e do mundo, principalmente o

imperialismo americano, só pode tirar proveito das massas judaicas e árabes. Os trabalhadores e os jovens não têm futuro com este regime. Sua única resposta é liberar gangues fascistas ligadas ao Likud e aos clubes de futebol contra os manifestantes, e exigir que a polícia reprima ainda mais as manifestações. Netanyahu e seu ministro da Segurança Interior, Amir Ohana, acusaram os manifestantes de "anarquistas", mas é o governo que administra a crise que está em total anarquia. Netanyahu é um bom discípulo de Trump e outros fascistas do mundo.

A corrupção de Netanyahu por seus negócios privados (pelas quais está sendo julgado) não é exceção, são o resultado das políticas de opressão e desapropriação de trabalhadores judeus e palestinos em todas as áreas a oeste do rio Jordão. A corrupção e a exigência de acabar com todos os direitos democráticos levam o Likud a um regime pró-fascista que pisoteia todos os direitos em prol da defesa do "povo judeu" contra os palestinos. A participação no governo de "Kahol Lavan" e dos partidos trabalhistas serve apenas para esses objetivos.

O coronavírus apenas destacou a situação: Israel não é um estado em benefício de seus cidadãos; nessas situações de crise econômica e de saúde, o Estado não conseguiu proteger seus cidadãos. Israel é de fato um estado colonial a favor da burguesia israelense e dos interesses imperialistas contra as massas árabes palestinas. O regime ditatorial que Netanyahu quer impor em Israel não é contra os "ideais" sionistas e o "sistema democrático". Esse governo precisa mesmo destruir as leis e as instituições que esse regime criou, porque ele precisa de submissão total. Ele não pode

nem confiar no Procurador Geral, no Supremo Tribunal de Justiça e até na polícia!

O objetivo da luta atual deve ser a dissolução do governo de Netanyahu e Gantz e o estabelecimento de um governo das vítimas do coronavírus, um verdadeiro governo de esquerda que garantirá a vida dos desempregados, das populações fracas, das pessoas autônomas, empregados e pequenas empresas.

Os simpatizantes do movimento pela refundação da Quarta Internacional, um pequeno grupo de ativistas, reivindicamos expandir o orçamento para trabalhadores, jovens, desempregados e autônomos e pequenos empresários às custas do grande capital israelense. Além disso, apoiamos a atual luta dos trabalhadores sociais, educacionais e de saúde por melhores condições e salários reais.

As organizações participantes das manifestações podem unir forças para derrubar o governo. Sem uma liderança comum de todas essas organizações, não será possível levar a cabo essa missão; caso contrário, será o mesmo que em 2011, quando as grandes demonstrações sociais não deram em nada. A luta pelos direitos democráticos no país e pelos direitos nacionais da população palestina em toda a Palestina histórica exige a participação nas manifestações das organizações árabes palestinas.

Apelamos à Lista Árabe Unida e ao "Hadash" para organizar e liderar a luta para derrubar o governo de Netanyahu-Gantz e para um verdadeiro governo de esquerda. Não há solução para a crise sem um Estado democrático, secular e socialista para palestinos e judeus.

*Ianir Milevski*

## **A CATÁSTROFE DE BEIRUTE**



Há momentos na história de uma nação que ficam congelados para sempre. Talvez não sejam as piores catástrofes que atingiram seu povo. Nem a mais política. No entanto, capturam a tragédia sem fim de uma sociedade. Pompeia vem à mente, quando a confiança imperial e a corrupção de Roma foram subitamente abatidas por um ato de Deus, tão calamitoso que a partir daí podemos contemplar a ruína dos cidadãos, até de seus corpos. É necessária uma imagem, algo que possa focalizar nossa atenção por um breve segundo na loucura que está por trás de uma calamidade humana. O Líbano acabou de nos oferecer esse momento.

Não são os números que importam neste contexto. O sofrimento de Beirute nesta semana não chega nem perto de um banho de sangue casual da guerra civil do

país, nem da selvageria quase diária da morte na Síria. Mesmo que o total de vítimas seja contado – de 10 a 60 para 78 horas pouco após a tragédia – dificilmente alcançariam um recorde na escala Richter da guerra. Aparentemente, não foi uma consequência da guerra, nem no sentido direto que um dos líderes mais loucos do mundo sugeriu.

É a iconografia que será lembrada, e o que todos sabemos que isso representa. Em uma terra que mal consegue lidar com uma pandemia, que existe na sombra do conflito, que enfrenta a fome e aguarda a extinção. As nuvens gêmeas sobre Beirute, uma das quais deu origem ao outro monstruoso nascimento obscuro, jamais serão apagadas. As imagens coletadas do incêndio, do surto e do apocalipse que as equipes de vídeo flagraram em Beirute se juntam às pinturas



medievais que tentam capturar, através da imaginação, e não da tecnologia, os terrores da praga, a guerra, a fome e a morte.

Todos conhecemos o contexto, é claro, o importante “cenário” sem o qual nenhum sofrimento é completo: um país falido, dominado por gerações pelas mãos de velhas famílias venais, esmagado por seus vizinhos, nos quais os ricos escravizam os pobres e sua sociedade é mantida pelo mesmo sectarismo que a está destruindo. Poderia existir um reflexo mais simbólico de seus pecados do que os explosivos venenosos armazenados tão promiscuamente no centro de sua maior metrópole, cujo primeiro-ministro mais tarde diz que os “responsáveis” – não ele, nem o governo, tenha certeza disso – “pagarão o preço”? E eles ainda não aprenderam, aprenderam?

E, claro, todos sabemos como essa “história” se desenrolará nas próximas horas e dias. A incipiente revolução libanesa de jovens e cidadãos cultos deve certamente adquirir novas forças para derrubar os governantes do Líbano, chamá-los a prestar contas, construir um estado novo e moderno, a partir das ruínas da “república” criada pelos franceses, na qual eles foram impiedosamente condenados a nascer.

Bem, tragédia em qualquer escala é um mau substituto para a mudança política. A promessa imediata de Emanuel Macron após os incêndios de terça-feira – que a França “sempre” permanecerá ao lado da nação aleijada que criou com arrogância imperial há cem anos – foi uma das ironias mais comoventes da tragédia, e não apenas porque poucos dias antes, o ministro das Relações Exteriores francês lavara as mãos da economia libanesa.

Nos anos 90, após o *anschluss* do Kuwait por Saddam Hussein, os militares dos EUA (três no meu caso, no norte do Iraque) começaram a conversar conosco sobre “fadiga da compaixão”. Por mais escandaloso que pareça, isso significava que o Ocidente corria o risco de fugir do sofrimento humano. Foi demais: todas essas guerras regionais, ano após ano, e chegaria o momento em que teríamos deter de fechar as portas da generosidade. Talvez tenha chegado o momento em que os refugiados da região começaram a marchar às centenas de milhares para a Europa, preferindo nossa sociedade à versão oferecida por Ísis.

Mas vamos voltar ao Líbano, onde a compaixão ocidental pode ser muito baixa no chão. A perspectiva histórica sempre pode ser invocada para nos esconder da onda de choque das explosões, da nuvem crescente de cogumelos e da cidade destruída. Pompeia, disseram, custou apenas duas mil vidas. E o terrível lugar de Beirute na antiguidade? Em 551, um terremoto sacudiu Berytus, lar da frota imperial romana no Mediterrâneo Oriental, e destruiu toda a cidade. Segundo as estatísticas da época, 30 mil almas morreram. As colunas romanas ainda podem ser vistas onde caíram, hoje prostradas a apenas 800 metros da explosão de terça-feira. Podemos até tomar nota da loucura sombria dos ancestrais do Líbano. Quando a tempestade recuou, eles caminharam para o fundo do mar para saquear navios que afundaram muito antes ... apenas para serem engolidos pelo tsunami que se

seguiu. Mas pode qualquer nação moderna – e eu uso a palavra ‘moderno’ de forma prudente no caso do Líbano – ser restaurada em meio a uma combinação tão fétida de angústias? Embora, até agora poupado de mortes em massa por Covid-19, o país enfrenta uma praga com os meios mais deploráveis de socorro.

Os bancos libaneses roubaram as economias das pessoas, seu governo se mostra indigno desse nome, e muito menos seus constituintes. Kalil Gibran, o mais cáustico de seus poetas, instou-nos a “ter misericórdia da nação cujo estadista é uma raposa, cujo filósofo é um malabarista e cuja arte é a arte de remendar e imitar”. Quem os libaneses podem imitar agora? Quem escolherá as próximas raposas? Os exércitos têm uma reputação exaurida de suar sapatos sob medida para os potentados árabes; O Líbano tentou isso uma vez antes em sua história, com resultados duvidosos.

Somos chamados a encarar essa explosão monstruosa como uma tragédia nacional – portanto, digna de “um dia de luto”, seja qual for o seu significado – embora eu não tenha deixado de advertir, entre aqueles a quem chamei o Líbano depois o que aconteceu, que alguns salientaram que o local da explosão e os maiores danos pareciam estar no setor cristão de Beirute. Homens e mulheres de todas as religiões morreram, mas isso será um horror especial para uma das maiores minorias do país.

No passado, após numerosas guerras, o mundo – americanos, franceses, OTAN, União Europeia e até o Irã – concordou em ajudar e recuperar o Líbano novamente. Os americanos e franceses foram colocados para fora por atentados suicidas. Mas como os estrangeiros podem restaurar uma nação que parece irre recuperável? Há uma opacidade no local, uma falta de responsabilidade política que é endêmica o suficiente para se tornar moda. Nunca na história do Líbano foi resolvido um assassinato político – de presidentes, primeiros ou ex-primeiros-ministros, parlamentares ou membros de partidos políticos.

Então, aqui está uma das nações mais educadas da região, com os mais talentosos e corajosos dos povos – e uma das mais generosas e gentis -, abençoada pela neve, montanhas, ruínas romanas, comida excelente, um grande intelecto e uma história milenar. E, no entanto, incapazes de administrar sua própria moeda, fornecer energia elétrica, curar seus doentes ou proteger seu povo.

Como é possível na Terra alguém armazenar 2.700 toneladas de nitrato de amônio por tantos anos em um prédio frágil, depois de removidas de um navio moldavo a caminho de Moçambique em 2014, sem medidas de segurança tomadas por aqueles que decidiram deixar esse vil material no centro de sua própria capital? E, no entanto, o que nos resta é o inferno imponente com sua onda de choque branca e cancerosa, e depois a segunda nuvem de cogumelo (sem mencionar outras). Este é o substituto de Kalil Gibran, a inscrição final de todas as guerras. Ela contém o vazio do terror que aflige todos os que vivem no Oriente Médio. E, por um momento, da maneira mais aterradora, o mundo inteiro viu.

**Robert Fisk**



# 1918: O REPÚDIO REVOLUCIONÁRIO DA DÍVIDA RUSSA



A Revolução Russa foi a primeira na história a derrubar o capitalismo na perspectiva de uma revolução socialista internacional, suscitando imensas esperanças a todos quantos, à escala mundial, sofriam a violência da exploração capitalista, do colonialismo e da guerra. A revolução russa foi agredida pelos campeões da ordem imperialista e, após uma fase de progressiva deformação e degenerescência burocrática que teve início muito cedo, foi abafada pela ditadura stalinista. No entanto, o início foi promissor: o poder revolucionário instaurado em outubro de 1917 na Rússia pôs em prática algumas das principais reivindicações populares: a paz, a distribuição das terras aos camponeses, a nacionalização dos bancos e a anulação das dívidas camponesas a esses mesmos bancos, o reconhecimento efectivo do direito à autodeterminação dos povos, a afirmação dos direitos das mulheres, a jornada de trabalho de 8 horas.

Uma conquista frequentemente esquecida foi o cumprimento de uma promessa feita pelos revolucionários russos desde 1905: a 10 de fevereiro de 1918 é publicado no diário oficial soviético o decreto de anulação de todas as dívidas contraídas pelo regime czarista, derrubado onze meses antes. O mesmo foi feito em relação às dívidas contraídas pelos governos provisórios que sucederam à queda do czar e à Revolução de 1917, uma vez que esses governos continuaram a usar as finanças públicas para fazer a guerra, perpetuando a situação de violência e de miséria, quando o povo exigia a paz.

Em dezembro de 1905, o soviete de Petersburgo publicou um apelo, que ficou conhecido pelo nome de «Manifesto Financeiro», que denunciava as ilegalidades das dívidas contraídas pelo czar e anunciava que não as reconheceria no dia em que a autocracia fosse derrubada. O manifesto relatava o sofrimento em que viva a população, por causa das políticas económicas adoptadas pelo governo do czar, que «se conduz no seu próprio Estado como se estivesse em país conquistado». As políticas czaristas não tinham por fim desenvolver o país, mas sim enriquecer uma ínfima minoria privilegiada, reforçar o poder coercivo do czar e fazer guerras de conquista (a Rússia czarista tinha acabado de sofrer uma derrota militar contra o Japão).

Reza assim o manifesto: «O governo está à beira da falência. Transformou o país num monte de ruínas juncado de cadáveres. Esgotados, esfomeados, os camponeses já não conseguem pagar os impostos. O governo serviu-se do dinheiro do povo para dar crédito aos proprietários. Agora não sabe o que fazer dos proprietários que lhe

servem de penhor. As fábricas e oficinas já não funcionam. Falta trabalho. Por toda a parte reina o marasmo.» Os revolucionários denunciavam o uso dado aos empréstimos e rendimentos do Estado: «O governo usou o capital dos empréstimos estrangeiros para construir caminhos de ferro, uma armada, fortalezas, paíóis [...]. Desde há muito que o governo gasta todos os rendimentos do Estado a manter um exército e uma armada. Não há escolas. As estradas estão num estado pavoroso. E no entanto falta-lhe dinheiro, ao ponto de ser incapaz de alimentar os soldados [...]. O governo delapidou as caixas de poupança e serviu-se dos fundos depositados para acorrer aos bancos privados e às empresas industriais que, em muitos casos, são desonestas. Joga na Bolsa com o capital dos pequenos aforradores, expondo os fundos a riscos quotidianos. Este endividamento é ilegítimo: os empréstimos foram contraídos em benefício da autocracia czarista, que «nunca usufruiu da confiança do povo e que não tinha fundamento», assim como dos capitalistas estrangeiros, dos capitalistas russos, contra o povo russo e as nações dominadas pelo Império czarista.

«É odioso: os banqueiros, maioritariamente franceses e ingleses, que emitiram os títulos da dívida russa estavam perfeitamente ao corrente do carácter não democrático do regime e sabiam que os empréstimos não eram contraídos em benefício da população. Estes banqueiros, entre os quais o *Crédit Lyonnais* desempenha um papel de relevo, receberam avultadas comissões e são os mesmos que favoreceram o repatriamento imediato dos lucros resultantes dos investimentos dos capitalistas europeus na Rússia. Além disso ajudaram o czar a subornar os jornalistas e os políticos ocidentais, para que mentissem deliberadamente sobre a conjuntura no Império russo, de modo a encorajar as classes médias dos respectivos países a comprarem títulos da dívida russa»

As condições de vida da população russa eram as descritas acima e não podiam melhorar enquanto o país estivesse asfixiado financeiramente pela sua dívida pública. Por consequência, o soviete de Petersburgo apelou ao derrube da autocracia e ao estabelecimento de um poder constituinte representativo das aspirações populares e que «submeta a um inquérito rigoroso as finanças do Estado e estabeleça um orçamento detalhado, claro, exacto e verificado das receitas e das despesas públicas». Finalmente, decide «não tolerar o pagamento da dívidas de todos os empréstimos contraídos pelo governo do czar enquanto fazia guerra aberta ao povo».

Entre 1905 e 1917 a situação degrada-se. Em 1914 os imperialismos alemão, britânico e francês envolvem-se numa incrível carnificina pela partilha do mundo. Do lado dos impérios em declínio, o Império áustro-húngaro e o Império otomano escudam-se no Império alemão. A Rússia, por seu lado, alia-se à França e ao Império britânico, na esperança, nomeadamente, de obter acesso directo ao Mediterrâneo por meio da conquista de Constantinopla, capital do Império otomano. Entre os socialistas russos no exílio, aqueles que serão os futuros dirigentes da Rússia soviética opõem-se à guerra desde o primeiro instante e apelam à solidariedade entre todos os povos europeus na luta contra as respectivas burguesias.

A guerra, com os seus milhões de vítimas e destruições massivas, precipitou o impulso revolucionário na Europa. Mas também resultou no enriquecimento dos vendedores de armas e dos bancos. Entre 1913 e a Revolução de Outubro de 1917, a dívida pública russa foi multiplicada por 3,6, passando de £ 930 milhões para £ 3385 milhões. Em novembro de 1917, os bolcheviques e os socialistas revolucionários de esquerda formaram um governo apoiado pelos soviets, nos quais era exercida de fato a soberania popular desde o derrube do czar. O novo governo reconheceu de jure a soberania dos soviets. O decreto de repúdio das dívidas do regime czarista e dos governos provisórios foi aprovado a 3 de fevereiro de 1918 e publicado no jornal oficial uma semana depois. Leon Trotsky escreveria: "A revolução reconhece plenamente as suas responsabilidades. O compromisso que tinha tomado a 2 de dezembro de 1905 foi cumprido a 10 de fevereiro de 1918. Tem todo o direito de dizer aos credores do czar: 'Os senhores foram prevenidos a tempo e horas!'".

Os dirigentes da jovem Rússia soviética não imaginavam que fosse possível cumprir a revolução sem que ela se alargasse além-fronteiras. A Rússia, economicamente fraca, precisava de aliados. Os dirigentes soviéticos apelavam à revolução mundial; ao mesmo tempo, o impulso revolucionário fazia-se sentir nos países europeus, onde tanto os soldados como as populações civis se opunham em número crescente à guerra. As potências capitalistas viram na oposição à Rússia soviética o meio de impedirem o contágio revolucionário nos seus próprios países.

Por outro lado, os interesses económicos das potências estrangeiras tinham ficado em maus lençóis com a revolução russa. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, 80 % da dívida externa russa era detida por investidores sediados em França e a maior parte dos empréstimos à Rússia ainda a pagamento tinha sido emitida na praça financeira de Paris. Os outros credores da Rússia eram sobretudo britânicos, belgas e alemães. Os investimentos produtivos na Rússia provinham mais dos capitalistas europeus do que da classe capitalista russa, muito pouco desenvolvida. Ora, pouco tempo foi preciso para que ao repúdio das dívidas viesse juntar-se a nacionalização das indústrias.

Perante este estado de coisas, as potências capitalistas europeias, os EUA, o Canadá e o Japão lançaram-se numa agressão imperialista contra a Rússia soviética. Segundo Winston Churchill, ministro da Guerra do Governo britânico, as tropas estrangeiras aliadas ascendiam a 180 000 soldados. A intervenção estrangeira armou e apoiou activamente os exércitos contra-revolucionários na Rússia, com o objectivo de derrubar o governo soviético e restaurar o capitalismo no país. Não surpreende que, entre todos os governos estrangeiros que intervieram militarmente na

Rússia, o francês, fiel aos interesses dos capitalistas do seu país, fosse o mais encarniçado.

A Rússia soviética conseguiu vencer a guerra civil e as tropas estrangeiras tiveram de se retirar em 1920 e 1921 (só o Japão manteve tropas na Rússia até 1922). Reconheceu a independência dos três Estados bálticos e da Polónia em nome do direito à autodeterminação dos povos e reafirmou que as dívidas contraídas pelo czar em nome desses territórios ocupados pela Rússia imperial não deviam ser pagas. Esta decisão provocou vivos protestos da parte das potências aliadas, em total contradição com o Tratado de Versalhes de 1919, que estipulava que os territórios colonizados pela Alemanha até à sua derrota não deviam ser obrigados a reembolsar as dívidas contraídas pela potência colonizadora.



Tratava-se afinal de obter, pela via diplomática e por meio de chantagem, o que as armas não tinham conseguido alcançar. Na primavera de 1922, cinco potências capitalistas convocaram para Génova uma conferência internacional, tendo à cabeça a França (os EUA, que se tornaram a primeira potência mundial favorável à guerra, mantiveram-se à margem deste encontro). A jovem Rússia soviética, que foi convidada, à semelhança da maior parte das nações independentes, aceitou o encontro (contudo os seus representantes apresentariam uma crítica à ausência de convite aos povos colonizados e às organizações operárias).

Oficialmente, a Conferência de Génova destinava-se a organizar a reconstrução europeia. Na realidade a Rússia, exangue da guerra civil e sujeita a um bloqueio económico que ainda não tinha sido completamente levantado, estava disposta a contrair empréstimos e a atrair investimentos estrangeiros, para relançar a sua economia. Os dirigentes europeus, conscientes desta situação, contavam aproveitar-se dela para forçar o governo soviético a reconhecer as dívidas repudiadas em 1918 e a desistir dos seus apelos à revolução mundial. Tratava-se afinal de obter, pela via diplomática e por meio de chantagem, o que as armas não tinham conseguido alcançar. De fato, cinco dias após o início da conferência, foi apresentado um documento onde eram expostas as exigências dos governos capitalistas em relação à Rússia. Aí constava o pedido expresso para que o governo soviético reconhecesse «as obrigações financeiras dos seus predecessores, ou seja do governo imperial russo e do governo provisório russo, em relação às potências estrangeiras e respectivos cidadãos».

O documento exigia que fosse constituída uma «comissão da dívida russa», encarregada de exercer uma tutela financeira estrangeira sobre a Rússia, com o objectivo de reembolsar as dívidas anteriormente repudiadas. Os dirigentes capitalistas depressa se desencantaram. Os



diplomatas russos reafirmaram que o governo provisório estava no perfeito direito de repudiar toda a dívida do czar (assim como a contraída pelo governo provisório antes da Revolução de Outubro de 1917). Afirmaram que as exigências europeias quanto ao pagamento da dívida do czar representavam para a Rússia a «sobrevivência de um passado que lhes era odioso» e que, quando uma revolução cria uma ordem jurídica nova, os governantes e regimes que se lhe seguem «não são obrigados a respeitar as obrigações dos governos destituídos».

Os diplomatas soviéticos trouxeram à baila os precedentes históricos da França e dos Estados Unidos: «A Convenção francesa, da qual a França se reclama legítima herdeira, proclamou a 22 de setembro de 1792 que “a soberania dos povos não é obrigada a aceitar os tratados dos tiranos”. De acordo com esta declaração, a França revolucionária não só rasgou os tratados políticos do antigo regime com o estrangeiro, mas também repudiou a sua dívida de Estado. Não aceitou pagar, e ainda assim apenas por motivos de conveniência política, senão um terço [...]. Esta prática, elevada a doutrina política por homens de lei eminentes, foi seguida em quase todos os casos pelos governos saídos duma revolução ou duma guerra de libertação. Os Estados Unidos repudiaram os tratados dos seus predecessores, a Inglaterra e a Espanha.»



No entanto, o governo soviético aceitou fazer concessões sob a forma de uma retoma de pagamento de certas dívidas do czar (nomeadamente as destinadas a construir as estradas de ferro da Rússia) após um prazo de 30 anos, se os governos credores aceitassem em contrapartida reconhecer oficialmente a Rússia soviética, conceder-lhe empréstimos bilaterais e realizar investimentos produtivos. Eis a resposta do Governo britânico: «Na Europa ocidental, [...] se um homem empresta dinheiro ao seu vizinho, a pedido deste, contra promessa de reembolso, é de esperar que reembolse. Eis outro preconceito: se o vizinho vier à procura dele e lhe pedir ajuda, naturalmente o primeiro responde: “É sua intenção reembolsar-me? Comece por reembolsar o que lhe emprestei”. Se a isto o devedor responder: “Os meus princípios não me permitem reembolsá-lo”, por estranho que isto possa parecer à delegação russa, este ocidental tão cheio de preconceitos, muito provavelmente, não quererá voltar a emprestar-lhe dinheiro».

Os representantes soviéticos, que já tinham deixado claro que o seu governo não pediria indemnizações pelas destruições sofridas durante a guerra civil, embora pudesse fazê-lo, recordaram às potências estrangeiras as suas responsabilidades: «O senhor primeiro-ministro da Grã-Bretanha diz-me que se o meu vizinho me emprestou

dinheiro, tenho de lhe pagar; pois bem, concedo no caso em apreço e a bem da conciliação, mas acrescento que se o vizinho irrompeu em minha casa e, depois de matar os meus filhos, me partiu a mobília e me queimou a casa, então deve começar ao menos por restituir o que destruiu».

Note-se que o governo britânico reconheceu os fundamentos da doutrina do repúdio das dívidas de um antigo regime por um governo revolucionário, mas recusou aplicá-la, com o pretexto de que isso não seria diplomático: «Quando escreve a alguém a pedir novos montantes de dinheiro, a melhor maneira de o obter não consiste em dedicar uma parte da carta a fazer uma brilhante dissertação para justificar a doutrina do repúdio das dívidas. Por esse caminho não conseguirá obter créditos. Pode ser uma doutrina muito escorreita, mas não é diplomática.»

A conferência terminou sem que fosse possível alcançar um acordo entre a Rússia soviética e os credores europeus. Entretanto foi possível estabelecer um acordo bilateral entre a República de Weimar (que tinha substituído o Império alemão após a derrota deste), segundo o qual cada uma das partes renunciou a pedir indemnizações de guerra à outra. Por outro lado, ainda que fosse de esperar que a firmeza do governo soviético e o fracasso da Conferência de Génova levassem as potências capitalistas a endurecer a sua posição em relação a Moscovo, sucedeu o inverso.

Os países capitalistas consideraram, cada qual por si, que era necessário fazer acordos com Moscovo, pois o mercado russo, assim como os recursos naturais do país, tinham um grande potencial. Em 1923 e 1924, o governo soviético foi reconhecido *de jure* pela Inglaterra, Itália, países escandinavos, França, Grécia, China e vários outros países. Juntou-se-lhes o Japão em 1925. Em 1926 a URSS assinou um acordo de crédito com alguns bancos alemães. Em 1927 obteve crédito do banco inglês Midland. Em 1933 os EUA reconheceram *de jure* a URSS e em 1934 aceitaram fazer comércio com ela. Nesse mesmo ano, a fim de não ser o único excluído do mercado soviético, a França propôs, por sua própria iniciativa, conceder crédito à URSS, para que pudesse comprar produtos franceses.

O acordo entre a Rússia e o Reino Unido, com data de 15 de julho de 1936, permitiu a indemnização dos britânicos possuidores de títulos, à razão de 1,6 % do valor actualizado dos títulos. Em 1937, seis anos após a dissolução da URSS, Boris Ieltsin firmou um acordo com Paris para pôr termo ao contencioso sobre os títulos russos. Os credores franceses foram ressarcidos à razão de 1 % dos montantes reclamados. Estas taxas de indemnização eram insignificantes e mostraram que um país podia repudiar unilateralmente a sua dívida sem sofrer verdadeiros prejuízos.

Por outro lado, a evolução do regime soviético (degenerescência burocrática e autoritária, políticas catastróficas nos domínios agrícola – nomeadamente a colectivização forçada sob Stalin – e industrial, e a instalação, sempre sob Stalin, de um regime de terror nos anos 1930) mostram que o repúdio da dívida não basta: para ser realmente útil à sociedade, tem de fazer parte de um conjunto coerente de medidas políticas, económicas, culturais e sociais que permitam evoluir para uma sociedade liberta de todas as formas de opressão e exploração.

**Eric Toussaint e Nathan Legrand**



# AS BASES HISTÓRICAS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E DO BOLCHEVISMO (I)

Nas últimas décadas do século XIX, na Rússia czarista, a concentração econômica, o desenvolvimento industrial e o crescimento da classe operária foram de mãos dadas. A indústria passou de 30.888 empresas (que agrupavam pouco mais de 1,4 milhão de trabalhadores) em 1887, para 39.029 (que agrupavam 2,1 milhões de operários) em 1897, um crescimento de pouco menos de 25% no número de empresas, mas de 50% no número de trabalhadores, ou seja, um crescimento acelerado na concentração social do proletariado. Mais impressionantes ainda são as cifras relativas ao valor da produção industrial em ambos os anos considerados, que passou de 1,33 para 2,84 milhões de rublos, isto é, mais do que uma duplicação (crescimento superior a 100%) em uma década, o que significa uma quase duplicação da produtividade do trabalho, e um crescimento equivalente do peso da indústria na economia nacional.<sup>i</sup> Em grande parte em consequência do aumento de seu poder econômico-social, na virada para o século XX, o proletariado russo tinha despertado largamente para a luta social com métodos (greves simultâneas em diversas fábricas, combates de rua, organização clandestina) que já pareciam abandonados na “civilizada” Europa ocidental.

O proletariado russo era, ainda, em grande parte um “anfíbio econômico”, com um pé na aldeia rural e outro na fábrica, às vezes ainda trabalhando sazonalmente em ambas as economias.<sup>ii</sup> Rússia contava com uma forte tradição revolucionária, representada principalmente pelos *narodniki*, os populistas, que consideravam o campesinato não só como a principal força social potencial de oposição ao regime absolutista, mas também como a principal base para a regeneração social do país, secularmente afundado na miséria em todas as ordens da vida social. Essa tradição marcou o socialismo marxista russo, surgido embrionariamente na década de 1880, e reduzido à clandestinidade pela autocracia czarista. Para os socialistas, no entanto, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia havia tornado anacrônicas as utopias socialistas/igualitárias agrárias do populismo.<sup>iii</sup> Em 1879, uma cisão do *Narodnaia Volia*, chamada “Repartição Negra”, propôs, e levou à prática, a concentração da ação revolucionária populista nas ações armadas contra o regime autocrático e seus representantes mais visíveis. O *Narodnaia Volia* tinha também uma política propagandista, chegando a editar um jornal clandestino dirigido aos trabalhadores urbanos, não para organizar um partido operário ou socialista, mas por considerar que a classe operária, presente nos principais centros urbanos do país, tinha um papel importante a cumprir na derrubada do czarismo.

As reformas do Czar Alexandre II (entre 1861 e 1865), como a abolição da servidão da gleba, a criação das câmaras municipais (*zemstvos*), a atenuação da censura na imprensa e nas universidades, haviam sido provocadas pela crescente agitação interna e o fracasso da política externa do czarismo. As reformas, devido à sua timidez, geraram um descontentamento ainda mais amplo. Desgostaram à nobreza porque tornaram os camponeses

“insolentes”, e a estes, porque tiveram que se endividar para obter sua autonomia; à *intelligentsia* porque as reformas haviam sido insuficientemente profundas, não mudando a essência autocrática do regime czarista.

Foi, desse modo, das camadas “esclarecidas” da população que partiu a tentativa de derrubar o regime por um movimento não palaciano. Em 1881 o Czar Alexandre II foi morto por uma jovem militante russa, Sofia Perovskaia. O terrorismo, no entanto, apenas reforçava o aparato estatal e justificou a intensificação da opressão e da censura. É neste contexto que o marxismo surgiu como uma nova alternativa política. Engels chegou a escrever a Plekhánov (um dos fundadores do marxismo russo), em 1895: “Um *narodnik*, um ex terrorista, poderia terminar facilmente como partidário do czarismo”. Anos depois, Lênin chamou os terroristas do Partido Social Revolucionário, herdeiro do velho populismo, de “radicais burgueses com bombas no bolso”.



O primeiro núcleo socialista (socialdemocrata, segundo a terminologia política da época) russo, se constituiu na mesma época no exílio, como “Núcleo pela Emancipação do Trabalho”, e reuniu militantes originários das correntes populistas, que criticavam seu impasse político: “Esse grupo morreu de esgotamento, não sem acusar previamente *Narodnaia Volia* de paralisar suas tentativas pacíficas de trabalho político no seio do povo. Stefanovich, Deich, Plekhánov, Vera Zassulich e Paul Axelrod se retiraram finalmente para Genebra, buiscando na corrente de ideias que atravessavam a emigração russa as bases para a explicação de seus fracassos. A carta que Vera Zassulich escreveu a Marx, em fevereiro de 1881, em nome de seu grupo, pode ser considerada como uma das primeiras manifestações de questionamento do populismo e de suas convicções”.<sup>iv</sup> A resposta de Marx, célebre pelas suas considerações acerca da possibilidade do *mir* (comuna rural) russa servir potencialmente como base para um desenvolvimento socialista na Rússia, sob a condição de ser início ou complemento da revolução socialista na Europa industrializada, uma das primeiras indicações da possibilidade da “atrasada” Rússia ser o estopim ou vanguarda da revolução europeia e mundial, foi posteriormente publicada como prefácio à primeira edição russa do *Manifesto Comunista*, realizada pelo grupo.

O pensamento revolucionário russo, em todas suas fases, inclusive a socialista de cunho marxista, não foi simples transposição ou adaptação de ideias elaboradas alhures (embora reconhecesse sua influência). Para autores marxistas russos, “*Narodnaia Volia* representou a

<sup>i</sup> Peter Lyaschenko. *History of the National Economy of Russia*. Nova York, Harper & Row, 1949.

<sup>ii</sup> Oskar Anweiler. *Los Soviets en Rusia 1905-1921*. Madri, Zero, 1977.

<sup>iii</sup> Franco Venturi. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.

<sup>iv</sup> Christine Fauré. *Terre, Terreur, Liberté*. Paris, François Maspéro, 1979.

continuidade de todo o processo precedente do pensamento socialista populista russo... O movimento populista combateu sempre contra a autocracia e imaginou a nova Rússia como um país libertado do despotismo czarista (...) Os revolucionários russos pensavam o socialismo como uma sociedade sem classes onde todos trabalhariam e o trabalho seria não só um meio de sobrevivência, pois permitiria aos homens usufruir a vida mais plenamente. O trabalho intelectual e físico criaria um homem novo... O programa socialista de *Narodnaia Volia* era utópico, irrealizável naquele período concreto, em aquelas condições concretas, com os meios e modos propostos pelos revolucionários. Sua realização teria tido consequências que os socialistas russos estavam longe de esperar e desejar: um desenvolvimento muito mais rápido e completo das relações de produção burguesas, sem o obstáculo de sobrevivências feudais ou escravocratas. A utopia socialista dos revolucionários camponeses foi, em que pese eles próprios, uma expressão indireta de aspirações radicais em direção de uma transformação democrático-burguesa”.<sup>v</sup> Menos enfático na questão e, sobretudo, menos esquemático, Lênin afirmava que os populistas “viam para onde se dirigia o movimento real e se *adiantavam* de fato a esse desenvolvimento”. O populismo russo era menos uma *utopia* do que uma *antecipação*.

A rejeição dos métodos terroristas do populismo não significava o afastamento dos métodos revolucionários, em prol da atividade sindical ou reformista: para o socialdemocrata da segunda geração (ainda não “bolchevique”) Lênin, o socialista russo não devia “ter por ideal o secretário do sindicato, mas o *tribuna popular*, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida, que sabe generalizar todos os fatos para compor um quadro completo da violência policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar a menor ocasião para expor diante de todos suas convicções socialistas e suas reivindicações democráticas, para explicar a todos e a cada um o alcance histórico da luta emancipadora do proletariado”.<sup>vi</sup> O texto citado precedeu em um ano o Congresso do POSDR de 1903 (chamado de “segundo congresso”, em referência e deferência ao primeiro congresso realizado na Rússia, em 1898), celebrado no exterior (Bruxelas e Londres) para fugir da repressão czarista. Nessa altura, três batalhas ideológicas haviam sido já travadas pelos socialistas e era a base do programa do partido, unanimemente adotado nesse congresso. Frente aos *narodniki*, ou populistas, o POSDR considerava o proletariado e não os camponeses como a classe dirigente da revolução futura; frente aos “marxistas legais”, predicava a ação revolucionária e negava qualquer compromisso estratégico com a burguesia liberal; frente aos “economicistas”, ala do socialismo russo que pretendia limitar a ação do proletariado à luta econômica (por falta de condições para a agitação política legal), sublinhava o caráter essencialmente *político* do programa do partido.

*Iskra* – “Faísca” – era o periódico ilegal do partido socialdemocrata, do qual foram publicados 112 números entre setembro de 1900 e outubro de 1905, quando cessou sua publicação. Em seu primeiro número, o editorial,

redigido por Lênin, explicitava seus objetivos: “A unidade ideológica dos socialdemocratas russos ainda não foi criada, para a qual é essencial, em nossa opinião, uma discussão franca e detalhada das questões mais importantes de princípios e táticas levantadas pelos modernos ‘economistas’, bernsteinianos e ‘críticos’. Antes de unificar e unificar, é necessário começar por delimitar os campos de uma maneira determinada e definida. Caso contrário, nossa unificação não passaria de uma ficção que encobriria a dispersão existente e impediria que ela terminasse radicalmente. É compreensível, portanto, que não pretendamos tornar nosso corpo de imprensa num simples depósito de diversas concepções. Em vez disso, publicaremos no espírito de uma orientação estritamente definida. Essa orientação pode ser expressa em uma só palavra: marxismo. E não achamos essencial acrescentar que defendemos o desenvolvimento consistente das idéias de Marx e Engels, e rejeitamos vigorosamente as emendas ambíguas, vagas e oportunistas que estão tão na moda hoje graças a E. Bernstein, P. Struve e muitos outros. Mas, ao discutir essas questões do nosso ponto de vista bem definido, não rejeitamos a controvérsia entre camaradas nas páginas de nosso corpo de imprensa. A controvérsia pública diante de todos os social-democratas e trabalhadores conscientes da Rússia é necessária e desejável para esclarecer a profundidade das discrepâncias existentes, discutir em todos os seus aspectos as questões litigiosas e lutar contra os extremismos nos quais incorrem inevitavelmente não apenas os representantes dos opiniões diferentes, mas até representantes de diferentes localidades e de diferentes ‘profissões’ do movimento revolucionário”.<sup>vii</sup>

No seu segundo congresso, o POSDR adotou um programa “onde figurava, pela primeira vez na história dos partidos socialdemocratas internacionais, a palavra de ordem de *ditadura do proletariado*, definida como a conquista do poder político pelo proletariado”.<sup>viii</sup> “Pressuposto indispensável da revolução social é a ditadura do proletariado, a conquista de um poder político pelo proletariado que lhe permita reprimir toda e qualquer resistência, oposta pelos exploradores. A socialdemocracia internacional que coloca a si mesma a tarefa de capacitar o proletariado a cumprir sua missão histórica, organiza-o em um partido político independente, oposto a todos os partidos burgueses, dirige todas as expressões de sua luta de classes, revelando-lhe o antagonismo inconciliável existente entre os interesses dos exploradores e os dos explorados e esclarecendo-lhe o significado histórico, bem como os pressupostos necessários da revolução social vindoura”, afirmava o programa socialista russo. Aprovado seu programa, no entanto, o congresso dividiu-se, o que fez surgir as frações identificadas como bolchevismo (“maioria”) e menchevismo (“minoría”), uma terminologia que permeou o pensamento político de esquerda no século XX. Na base da divisão esteve a divergência entre Lênin e Martov a respeito do primeiro artigo do estatuto partidário. Martov (líder dos mencheviques) propunha: “É membro do POSDR quem aceita o seu programa e sustenta o partido, materialmente ou mediante uma cooperação regular desenvolvida sob a direção de um de seus organismos”. Ao que Lênin respondeu propondo: “É membro do partido quem aceita seu programa e sustenta o partido,

<sup>v</sup> Valentina Aleksandrovna Tvardovskaia. *El Populismo Ruso*. México, Siglo XXI, 1978.

<sup>vi</sup> V. I. Lênin. *Que fazer? Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa Ômega, 1986.

<sup>vii</sup> V. I. Lenin. *Obras Completas*. Moscou, Editorial Progreso, 1972 (tomo 4: 1898-abril de 1901).

<sup>viii</sup> Pierre Broué. *Le Parti Bolchevique*. Paris, Minuit, 1971.

materialmente ou através da sua *participação pessoal* na atividade de um de seus organismos”. Como Lênin obteve sua “maioria” (*bolche*)? Depois que sete *anti-iskristas* abandonaram o Congresso, ficaram 44 delegados com direito a voto.

Os delegados do *Bund* (“União” dos trabalhadores judeus russos, lituanos e poloneses) se retiraram do congresso porque viram fracassar sua posição de serem os representantes exclusivos dos trabalhadores judeus (que Plekhánov designava como o setor “mais explorado e militante” dos trabalhadores da Rússia) no POSDR: “Alguns dias antes da retirada dos delegados do *Bund*, Lênin havia ficado em inferioridade de votos no debate sobre a determinação da qualidade de membro do partido. A formulação mais elástica de Martov, que, em oposição a Lênin, não considerava que a ‘colaboração’ devesse constituir um requisito em uma organização do Partido, fora aceita por 28 votos contra 23. Após a retirada dos sete delegados, Lênin passou a constituir uma maioria de 24 contra 20, de modo que conseguiu a admissão de sua própria lista de candidatos ao Comitê Central... A vitória durou pouco, pois o resultado foi a divisão da direção do Partido em duas frações. Os postos dirigentes da *Iskra* retornaram a homens que se converteram em adversários ideológicos de Lênin, e que logo se uniram a Plekhánov. Lênin preparou a fundação de seu próprio periódico, *Vperiod* (Avante), que foi lançado no final de 1904”.<sup>ix</sup>

Convém precisar a relação entre os textos de Lênin precedentes a esses fatos e a história da corrente bolchevique. As propostas políticas do *Que Fazer?* de Lênin, publicado em 1902, foram identificadas com o “bolchevismo”, embora este nascesse como corrente política depois da publicação desse texto: “São três as organizações habitualmente designadas como ‘partido bolchevique’: 1) O Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR), entre 1903 e 1911, no qual muitas frações disputavam a direção; 2) A fração bolchevique no interior desse mesmo partido; 3) O POSDR (bolchevique) finalmente fundado em 1912 e que receberia importantes reforços, especialmente aquele da ‘Organização Interdistrital’ de Petrogrado, com Trotsky, antes de ser o partido bolchevique vitorioso em Outubro”.<sup>x</sup>

O bolchevismo foi uma corrente política surgida de disputas, de cisões e de fusões. Existiu, porém, uma singularidade (e uma continuidade) nessa história. Ela não se limitou à implementação do conteúdo do *Que Fazer?*, apresentado como quintessência do “leninismo”. Foi o próprio Lênin, em polêmica com Rosa Luxemburgo, quem relativizou os princípios políticos e organizativos desse texto como sendo os de um “novo tipo” de organização ou partido,<sup>xi</sup> o que não impediu afirmações como a que segue: “(Em 1903) Lênin já estava convencido de que era o revolucionário profissional, e não as massas, as que

tinham a chave para a vitória do socialismo”,<sup>xii</sup> o que seria a essência do “leninismo”.

O termo “bolchevique”, por outro lado, teve, no início, apenas um significado limitado, o de maioria do II Congresso do POSDR. Escrevendo em 1907 um prefácio à reedição de seus trabalhos, Lênin criticou os exegetas do *Que Fazer?*, “que separam completamente esse trabalho de seu contexto em uma situação histórica definida - um período definido e há muito tempo ultrapassado pelo desenvolvimento do partido”, precisando que “nenhuma outra organização senão aquela liderada pela *Iskra* podia, nas circunstâncias históricas da Rússia de 1900-1905, ter criado um partido operário socialdemocrata tal como aquele que foi criado... *Que Fazer?* é um resumo da tática e da política de organização do grupo da *Iskra* em 1901 e 1902. Nada mais que um resumo, nada mais e nada menos”.

Essa “tática” e essa “política”, por outro lado, não se consideravam originais, mas uma aplicação, nas condições russas (severa repressão, ausência de liberdades democráticas e de democracia política), dos princípios organizativos da Segunda Internacional, à qual o POSDR era filiado.

Leon Trotsky, jovem delegado dos círculos socialistas da Sibéria (onde fora confinado pelo regime czarista em virtude de sua atividade política clandestina junto ao operariado na Ucrânia) se afastou de Lênin no Congresso de 1903. Retrospectivamente, apresentou essa ruptura como sendo “subjetiva” e “moral”, vinculada com um assunto que não implicava nenhum princípio de linha política. Lênin propôs reduzir o número de redatores principais (editores) da *Iskra* de seis para três. Estes deviam ser Plekhánov, Martov e ele próprio.

Os “velhos”, Pável Axelrod, Vera Zasulich e Aleksandr Potresov, deveriam ser excluídos. Vera Zasulich era uma lenda do movimento revolucionário: como militante *narodniki* expressou a indignação geral com a repressão czarista dos lutadores contra o absolutismo em 1878, mediante um atentado contra a vida do general Trepov, responsável principal e visível pela repressão política, sendo condenada à prisão (da qual saiu em 1883).<sup>xiii</sup> Seu exemplo repercutira profundamente na intelectualidade revolucionária.

A proposta de seu afastamento, e dos seus companheiros da mesma geração, feita por Lênin, era ousada e feria muitas sensibilidades: Lênin tratava de conseguir que o trabalho editorial da *Iskra* fosse mais eficaz do que havia sido nos últimos tempos. Para Trotsky, “essa tentativa de eliminar Axelrod e Zasulich, dois de seus fundadores, parecia-lhe sacrilégio. A dureza de Lênin suscitou sua repugnância”.<sup>xiv</sup> No congresso de 1903, Trotsky falou contra Lênin em relação a dois pontos da ordem do dia: o parágrafo 1 dos estatutos do partido e eleição dos órgãos centrais do partido; não se contrapôs a nenhuma das teses

<sup>ix</sup> Leonard Shapiro. Bolcheviques, in: C. D. Kernig. *Marxismo y Democracia*. Historia 2. Madri, Rioduero, 1975, pp. 2-3.

<sup>x</sup> Pierre Broué. Observaciones sobre la historia del partido bolchevique. In: Maximilien Rubel et al. *Partido y Revolución*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso, 1971.

<sup>xi</sup> V. I. Lênin e Rosa Luxemburgo. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo, Ched, 1980. Ver a respeito: Daniel Gaido e Maximiliano Jozami. El grupo Iskra y el “modelo leninista” de organización partidaria: un debate en el seno de la socialdemocracia rusa. *Izquierdas* nº 35, Santiago de Chile, 2017.

<sup>xii</sup> Adam B. Ulam. *Os Bolcheviques*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.

<sup>xiii</sup> Vera Ivánovna Zasulich (1849-1919) foi militante destacada do movimento populista e, mais tarde, pioneira da socialdemocracia na Rússia. Em 1883, exilada na Suíça depois de libertada da prisão, fundou o grupo “Emancipação do Trabalho”, primeiro grupo marxista russo, junto com Giorgui Plekhánov e Pável Axelrod.

<sup>xiv</sup> Isaac Deutscher. *Trotsky. El Profeta Armado*. México, ERA, 1976.



do programa do partido preparado por Lênin,<sup>xv</sup> embora se mantivesse afastado do bolchevismo após o congresso.

Logo depois de lançar seu próprio jornal, o já mencionado *Vperiod*, os bolcheviques constituíram formalmente sua fração e convocaram o III Congresso do POSDR (celebrado em Londres em 1905). Partindo dessa base, Lênin percorreu o caminho político que o levaria a ser, graças à Revolução de Outubro, “o homem com o maior impacto individual na história do século XX”.<sup>xvi</sup> Em que pese toda essa complexa origem política, o “leninismo” foi definido como “a interpretação teórica e prática do marxismo, em clave revolucionária, elaborada por Lênin num e para um país atrasado industrialmente, como a Rússia, onde os camponeses representavam a enorme maioria da população”, atribuindo à “teoria do partido” de Lênin “claras raízes populistas” e situando-a simultaneamente como uma variante “esquerdista” do revisionismo bernsteiniano.<sup>xvii</sup>

Para outros autores existiu uma vinculação direta entre o *Que Fazer?* e o ulterior “sectarismo” ou “burocratismo” bolcheviques: “O sectarismo potencial que Rosa Luxemburgo havia notado nas concepções de Lênin, manifestou-se claramente desde a revolução de 1905”.<sup>xviii</sup> Para Ernest Mandel “é evidente que Lênin subestimou no decurso do debate de 1902-1903 os perigos para o movimento operário que podiam surgir do fato de se constituir uma burocracia no seu seio”.<sup>xix</sup> O exercício consistente em fazer da história, e suas contradições, simples (ou complexo) desdobramento de uma “ideia original” (Lênin 1902 → Lênin 1905 → Lênin + Trotsky 1917 → Stalin 1924 → Stalin 1936/38) fez estragos em historiadores e analistas políticos

Para diversos autores, essas questões foram adiantadas por Trotsky, quem publicou, em 1904, o texto *Nossas Tarefas Políticas*, no qual acusava Lênin de propor “uma ditadura do partido sobre a classe operária”, uma afirmação que bastou para transformá-lo em adversário político de Lênin durante mais de uma década. A respeito de seu “antileninismo”, Trotsky se justificou mais tarde referindo-se à sua “imaturidade” (testemunhas da época, como a socialista russa Angélica Balabanova, afirmaram que inexistia afinidade pessoal entre os dois homens, o que era favorecido pelas características do mais jovem: “Trotsky era um orador muito mais brilhante e eficaz, embora sua suficiência e maneirismo muitas vezes me irritassem”; o mais provável, porém, é que os elementos de enfrentamento pessoal fossem uma derivação das divergências políticas).<sup>xx</sup> Durante os anos sucessivos,

Lênin e Trotsky se dispensaram, por escrito, insultos variados (“mediocre”, “advogado de segunda”, disse Trotsky sobre Lênin; “caluniador barato”, “tocador de balalaika”, “amante da pose”, “ambicioso”, revidou este), o que Trotsky, retroativamente, atribuiu à imaturidade política a ao “calor” da luta de frações.

Trotsky criticava o bolchevismo por pretender instaurar uma ditadura do partido sobre a classe, seguida pela ditadura do Comitê Central sobre o partido, e pela ditadura do chefe sobre o Comitê Central. Havia, também, divergências estratégicas, que foram se revelando através da luta política entre frações e tendências do POSDR. Segundo Lênin a revolução russa seria, nas suas palavras num congresso do POSDR, “burguesa no sentido de seu conteúdo econômico-social. O que significava: as tarefas da revolução que está ocorrendo na Rússia não ultrapassam o âmbito da sociedade burguesa. Nem mesmo a mais plena vitória da atual revolução, isto é, a conquista da república mais democrática e a confiscação de toda a terra dos proprietários pelos camponeses, abalará os fundamentos da ordem social burguesa”.



Mas, dessa tese, comum a mencheviques e bolcheviques, não derivava, para Lênin, a conclusão segundo a qual o motor principal ou guia da revolução seria a burguesia, como queriam os mencheviques, pois a revolução ocorreria no momento em que “o proletariado já começou a tomar consciência de si como uma classe particular e a se unir numa organização de classe autônoma”. Como conciliar o horizonte de uma revolução burguesa com o papel independente (e potencialmente dirigente) da classe operária? Esse era o centro dos problemas e da crítica de Trotsky ao bolchevismo.

Com relação à capacidade política autônoma da classe operária, no *Que Fazer?*, cujo título “expropriava” o título de um célebre romance social de Tchernichevski,<sup>xxi</sup> Lênin afirmava que “o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para sua subordinação à ideologia burguesa. Porque o movimento operário espontâneo é trade-unionista (sindicalista). Tudo o

argumento de Trotsky em ‘Nossas tarefas políticas’ estava longe de ser único, constituindo um lugar comum na crítica menchevique ao bolchevismo (ver, por exemplo, o artigo de Plekhanov ‘Centralismo ou bonapartismo’). E os mencheviques continuaram a usar e desenvolver essa linha de argumentação muito depois de Trotsky a abandonar. A partir disso, Fedor Dan desenvolveu na década de 1930 a concepção de *vozhdism* (‘chefeísmo’) como uma característica central do bolchevismo, e Rafail Abramovich descreveu uma tendência imanente do regime bolchevique como ‘pináculo ditatorial’ - movimento da oligarquia para o domínio pessoal”.

<sup>xxi</sup> Nikolai Tchernichevski. *O Que Fazer?* Rio de Janeiro, Prismas, 2016.

<sup>xv</sup> A. V. Pantsov. *Voprossy Istorii*. Moscou, 1989, 7/10; Brian Pearce (org.). *Minutes of the Second Ordinay Congress of the RSDLP (1903)*. Londres, New Park, 1978.

<sup>xvi</sup> Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 289.

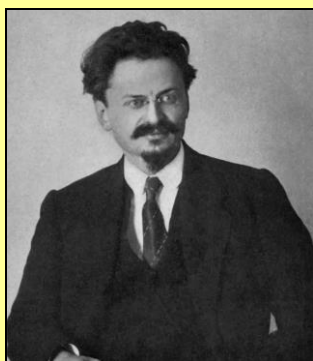
<sup>xvii</sup> Domenico Settembrini. Leninismo. In: Norberto Bobbio et al. *Dicionário de Política*. Brasília, UnB, 1986. A tese da origem terrorista-populista da concepção leninista é amplamente difundida: Alain Besançon. *Los Origenes Intelectuales del Leninismo*. Madri, RIALP, 1980.

<sup>xviii</sup> Paul Le Blanc. Lénine et Rosa Luxemburg sur l’organisation révolutionnaire. *Cahiers d’Étude et de Recherche* n° 14, Paris, 1990.

<sup>xix</sup> Ernest Mandel. *A Teoria Leninista da Organização*. São Paulo, Aparte, 1984.

<sup>xx</sup> Angélica Balabanova. *Mi Vida de Rebelde*. Barcelona, Martinez Roca, 1974. Segundo Alexei V. Gusev: “ O

que inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o papel do 'elemento consciente', o papel da socialdemocracia, significa - independentemente da vontade de quem o faz - fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários". Mas, ao mesmo tempo, afirmava que "o elemento espontâneo não é mais do que a forma embrionária do consciente. Os motins operários primitivos refletem já certo despertar consciente": "A classe operária tende espontaneamente para o socialismo, mas a ideologia burguesa, a mais difundida (e constantemente ressuscitada sob as formas mais diversas) é, contudo, aquela que mais se impõe espontaneamente aos operários". Lênin afirmava que a contradição embutida na tese era dialética, ou seja, expressão da contradição da própria realidade político/social.



A partir dessas ideias, combinadas com as circunstâncias históricas, o bolchevismo se perfilou como uma corrente política diferenciada das outras correntes socialistas, não só russas, mas também internacionais. Lênin mudou várias vezes sua apreciação acerca da natureza (tarefas) da revolução russa, mas nunca a ideia de que seu protagonista central seria o proletariado. É para e com essa classe operária que o bolchevismo se propôs construir um partido. Foi em virtude de sua eficácia nisso que o bolchevismo se constituiu como corrente diferenciada. O conceito leninista da organização e da disciplina do partido era valioso, principalmente, na tarefa de disciplinar os comitês socialistas clandestinos, cujo número aumentava rapidamente na Rússia, à direção do POSDR. Muitos comitês haviam se oposto à tentativa e rejeitado os planos de organização apresentados por Lênin.

O próprio Lênin aceitou, no congresso de reunificação (bolcheviques-mencheviques) de 1906, a redação de Martov do artigo 1º dos estatutos. Ainda assim, o bolchevique Zinoviev afirmou ulteriormente: "Em 1903 já tínhamos dois grupos claramente separados, duas organizações e dois partidos. Bolchevismo e menchevismo, como tendências ideológicas, já estavam formadas com o seu perfil característico, depois evidenciado na tormenta revolucionária" (grifo nosso).<sup>xxii</sup> Embora apoiada na autoridade de uma testemunha direta e participante, a afirmação de Zinoviev é fantasiosa. Não faltaram também os que quiseram contrapor o "espontaneísmo democrático" do jovem Trotsky (ou de Rosa Luxemburgo) ao "blanquismo ditatorial" de Lênin, com sua teoria do partido centralizado e profissional, embora o próprio Lênin afirmasse que os blanquistas acreditavam que "a humanidade se libertaria da

escravatura assalariada não por meio da luta de classe do proletariado, mas graças à conspiração de uma pequena minoria de intelectuais".

Em 1904, contemporaneamente à brochura de Trotsky, Rosa Luxemburgo criticou o "ultracentralismo" leninista afirmando: "Não é partindo da disciplina nele inculcada pelo Estado capitalista, com a mera transferência da batuta da mão da burguesia para a de um Comitê Central socialdemocrata, mas pela quebra, pela extinção desse espírito de disciplina servil, que o proletariado pode ser educado para a nova disciplina, a autodisciplina voluntária da socialdemocracia". Acrescentando que "o ultracentralismo preconizado por Lênin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em controlar a atividade partidária e não em fecundá-la, em restringir o movimento e não em desenvolvê-lo, em importuná-lo e não em unificá-lo.

"O livro do camarada Lênin, um dos mais destacados dirigentes e militantes da *Iskra*, na sua campanha preparatória antes do congresso russo, é a exposição sistemática do ponto de vista da tendência ultracentralista do partido russo. A concepção que aqui se expressa de maneira penetrante e exaustiva é a de um implacável centralismo. O princípio vital deste centralismo consiste, por um lado, em salientar fortemente a separação entre os grupos organizados de revolucionários declarados, ativos, e o meio desorganizado - ainda que revolucionário e ativo - que os cerca. Por outro lado, consiste na rigorosa disciplina e na interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais em todas as manifestações vitais das organizações locais do partido. Basta observar que, segundo esta concepção, o Comitê Central tem, por exemplo, o direito de organizar todos os comitês parciais do partido e, por conseguinte, também o de determinar a composição pessoal de cada uma das organizações locais russas".<sup>xxiii</sup>

Lênin respondeu,<sup>xxiv</sup> afirmando que "o que o artigo de Rosa Luxemburgo, publicado em *Die Neue Zeit*, dá a conhecer ao leitor, não é meu livro, mas outra coisa distinta", e dizendo: "O que defendo ao longo de todo o livro, desde a primeira página até a última, são os princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar; (não) um sistema de organização contra qualquer outro".<sup>xxv</sup> Anos depois, Lênin ironizou seus críticos: "Afirmar que a *Iskra* (de 1901 e 1902!) exagerou na ideia de uma organização de revolucionários profissionais é como dizer, depois da guerra russo-japonesa, que os japoneses se faziam uma ideia exagerada das forças militares russas, e que se preocuparam demais, antes da guerra, em lutar contra essas forças".<sup>xxvi</sup> Havia, porém, no texto leninista, elementos teóricos diferenciados, embora polemicamente minimizados, que partiam da experiência acumulada do movimento socialista internacional. Lênin havia sustentado que, historicamente, a intelectualidade revolucionária desempenhava um papel especial ou diferenciado no

<sup>xxiii</sup> Rosa Luxemburgo. Cuestiones de organización de la socialdemocracia. *Obras Escogidas*. Bogotá, Pluma, 1979.

<sup>xxiv</sup> Em artigo enviado a Kautsky para ser publicado no *Die Neue Zeit*, órgão da socialdemocracia alemã, sendo recusado, e só dado a conhecer em 1930 na URSS.

<sup>xxv</sup> V. I. Lênin e Rosa Luxemburgo. *Op. Cit.*

<sup>xxvi</sup> V. I. Lenin. Prefazione alla raccolta "Na 12 Let". *Che Fare?* Torino, Einaudi, 1971.

<sup>xxii</sup> Grigorii Zinoviev. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973.



movimento revolucionário, dotando-o da perspectiva marxista que os operários não poderiam alcançar por si mesmos.

À acusação de Trotsky de defender uma variante do “jacobinismo”, isto é, uma concepção autoritária de partido operário, Lênin respondeu: “O jacobino ligado indissolavelmente à organização do proletariado que tem consciência dos seus interesses de classe, é justamente o socialdemocrata revolucionário”. Na concepção de Rosa Luxemburgo, diversamente, “a socialdemocracia não está ligada à organização da classe operária: ela é o próprio movimento da classe operária”.<sup>xxvii</sup> Contra afirmações desse tipo, depois da ruptura de 1903, Lênin afirmou que “Trotsky esqueceu que o partido deve ser apenas um destacamento da vanguarda, o dirigente da imensa massa da classe operária, que no seu conjunto (ou quase) trabalha ‘sob o controle e sob a direção’ das organizações do Partido, mas que não entra inteiramente, e nem deve, no ‘Partido’”.

Como se posicionava Trotsky? O eixo de sua crítica não se centrava nas questões organizativas, mas remetia às questões estratégicas. A revolução russa seria, como propunham mencheviques e bolcheviques, burguesa pelas suas tarefas imediatas, mas proletária pela sua direção política e social: ele justificava a liderança revolucionária do proletariado num país basicamente agrário partindo do balanço histórico do campesinato “secularmente oprimido, empobrecido e furioso, sempre na encruzilhada entre a velha e a nova exploração, representando em certo momento uma fonte rica em caótica força revolucionária. Mas desunido, disperso, rejeitado das cidades, dos centros nervosos da política e da cultura, limitado na sua perspectiva e indiferente a todo pensamento urbano, o campesinato se constituiu como força social dirigente. A partir do momento em que é liberado das obrigações feudais, o campesinato volta ao seu imobilismo, pagando à cidade, que lutou pelos seus direitos, com extrema ingratidão: os camponeses libertados convertem-se em fanáticos da ordem”.

A perspectiva da *revolução permanente*, defendida por Trotsky, significava que “a vitória completa da revolução democrática na Rússia apenas se concebe na forma de ditadura do proletariado, secundado pelos camponeses. A ditadura do proletariado, que inevitavelmente poria sobre a mesa não apenas as tarefas democráticas, mas também socialistas, daria ao mesmo tempo um impulso vigoroso à revolução socialista internacional. Apenas a vitória do proletariado do Ocidente poderia proteger a Rússia da restauração burguesa, dando-lhe segurança para completar implantação do socialismo”. A ideia de “revolução permanente” já tinha, nessa altura, mais de um século, tendo sido implicitamente formulada por Saint-Just (*ceux qui font les révolutions à moitié n'ont fait que se creuser un tombeau*) na encruzilhada do jacobinismo na Revolução Francesa (1794). Ela voltou à tona na revolução (ou revoluções) de 1848, sendo retomada por Marx nos seus balanços a respeito, *As Lutas de Classes na França 1848-1850* ou a *Circular à Liga dos Comunistas* (de 1850), embora formulada por outros líderes revolucionários antes dele: Andreas Gottschalk, e seu conselheiro, Moses Hess, propuseram-na na sentença que encerrava a Declaração de Março de 1849, “a revolução em atividade permanente!”, fora cunhada por Gottschalk em um artigo

<sup>xxvii</sup> Rosa Luxemburgo. *Op. Cit.*

escrito em janeiro desse ano, no qual ele acusava Marx de se opor a lançar candidatos dos trabalhadores para concorrer contra os democratas nas eleições ao parlamento prussiano.

Lênin não aceitou a formulação de Trotsky. No período pré-revolucionário, a questão do papel “secundário” ou subordinado atribuído ao campesinato era o centro da crítica de Lênin a Trotsky. Qual era a principal divergência deste? “O bolchevismo não estava contagiado pela crença no poder e na força de uma democracia burguesa revolucionária na Rússia. Desde o princípio reconheceu a significação decisiva da luta da classe operária na revolução vindoura, mas o seu programa se limitava, na primeira época, aos interesses das grandes massas camponesas, sem a qual - e contra a qual - a revolução não teria podido ser levada a cabo pelo proletariado. Daí o reconhecimento provisório do caráter democrático burguês da revolução e de suas perspectivas. Por isso, o autor [Trotsky] não pertencia, naquele período, a nenhuma das duas principais correntes do movimento operário russo”; contra as alas principais da socialdemocracia russa.



Trotsky sustentava que “o proletariado, chegado ao poder, não deve limitar-se ao marco da democracia burguesa senão que deve empregar a tática da *revolução permanente*, ou seja, anular os limites entre o programa mínimo e o máximo da socialdemocracia, passando a reformas sociais cada vez mais profundas e buscando um apoio direto e imediato na revolução do Oeste europeu”.<sup>xxviii</sup> Apesar das divergências, todas as correntes do socialismo russo se consideravam tendências de um só partido, o POSDR. A irrupção da guerra e da revolução social foi o teste das concepções divergentes.

**Oswaldo Coggiola**

## **BOLETIM CLASSISTA**

**Conselho de Redação:** Cristiana de Vasconcelos Lopes – Carlos Sanches – David Lucius – Edgar Azevedo – José Menezes Gomes – José Alberto Bandeira Ramos – Michel Goulart Silva – Marly Viana – Claudio Maia – Ana Lucia Gomes Muniz – Fernando Camargo – Paulo Sergio Ribeiro de Pinho – Janete Luzia Leite – David Maciel – Tito Fagundes – Iná Camargo Costa – Alfeu Goulart – Edneila Chaves – Rosana de Moraes – Gustavo Morélia – Hernan Gurian – Frederico Falção (*In Memoriam*) – André Bof – Evandro Maia – Alexandre Donas – Antônio Bosi – Carlos Borba – Daniel Costa – Santiago Marimondo – Marcos Assis – Juca Lima – Carlos Bauer

**e-mail:** [boletimclassista@gmail.com](mailto:boletimclassista@gmail.com)

**blog:** <https://bclassista.blogspot.com/>

<sup>xxviii</sup> León Trotsky. *Tres concepciones de la revolución rusa. Balanço e Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1974.